



RELATÓRIO DE GESTÃO

2021



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO



2021

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO



Elaboração e consolidação

Assessoria da Presidência
Secretaria de Administração e Abastecimento
Secretaria da Magistratura
Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria Judiciária
Secretaria de Orçamento e Finanças
Secretaria da Presidência
Secretaria da Primeira Instância
Secretaria de Tecnologia da Informação
Diretoria de Auditoria Interna
Diretoria de Planejamento Estratégico

The image shows the interior of a large, ornate domed cathedral. The central focus is a large crucifix mounted on a pedestal, set within a niche. Above the crucifix is a large, circular skylight with a grid pattern, surrounded by several smaller circular lights. The dome's interior is decorated with intricate carvings and frescoes. The walls are supported by tall, fluted columns. In the foreground, the tops of several ornate chandeliers are visible, casting a warm glow. A dark green, semi-transparent overlay covers the left side of the image, containing the text 'Apresentação' in white.

Apresentação

Apresentação

O presente Relatório, circunstanciado nos termos da Resolução CNJ nº 95/09, que trata do processo de transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário, e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, em seu artigo 26, marca a conclusão da nossa gestão à frente do Tribunal de Justiça, em um biênio totalmente atípico, pautado mundialmente pela pandemia de Covid-19.

Após a surpresa inicial que nos obrigou a aprender, em 15 dias, a lidar com desafios até então inimagináveis, descobrimos a plena capacidade de administrar, em regime de trabalho remoto, o maior Tribunal de Justiça do País. A experiência mostrou-se além de exitosa, econômica para o erário, o que resultou na aprovação da continuidade do teletrabalho para 70% dos servidores da área Administrativa e para 50% da Judiciária, mesmo com a ampla imunização da população no Estado de São Paulo.

Nesse aspecto, inclusive, o Poder Judiciário paulista foi pioneiro em exigir, por meio da Portaria nº 9.998/21, comprovante de vacina para ingresso de qualquer pessoa - magistrados, servidores, prestadores de serviço, cidadãos, advogados e representantes do Ministério Público e da Defensoria - em todos os 793 prédios ocupados pelo Tribunal de Justiça nas 320 comarcas do Estado, a partir do retorno escalonado ao trabalho presencial.

Com a adoção da modalidade de trabalho híbrida para servidores e magistrados, a expectativa é de redução anual de gastos, economia bem-vinda, principalmente, frente ao histórico dos orçamentos aprovados nos últimos anos, inclusive para 2022, pelo menos 50% inferior ao proposto.

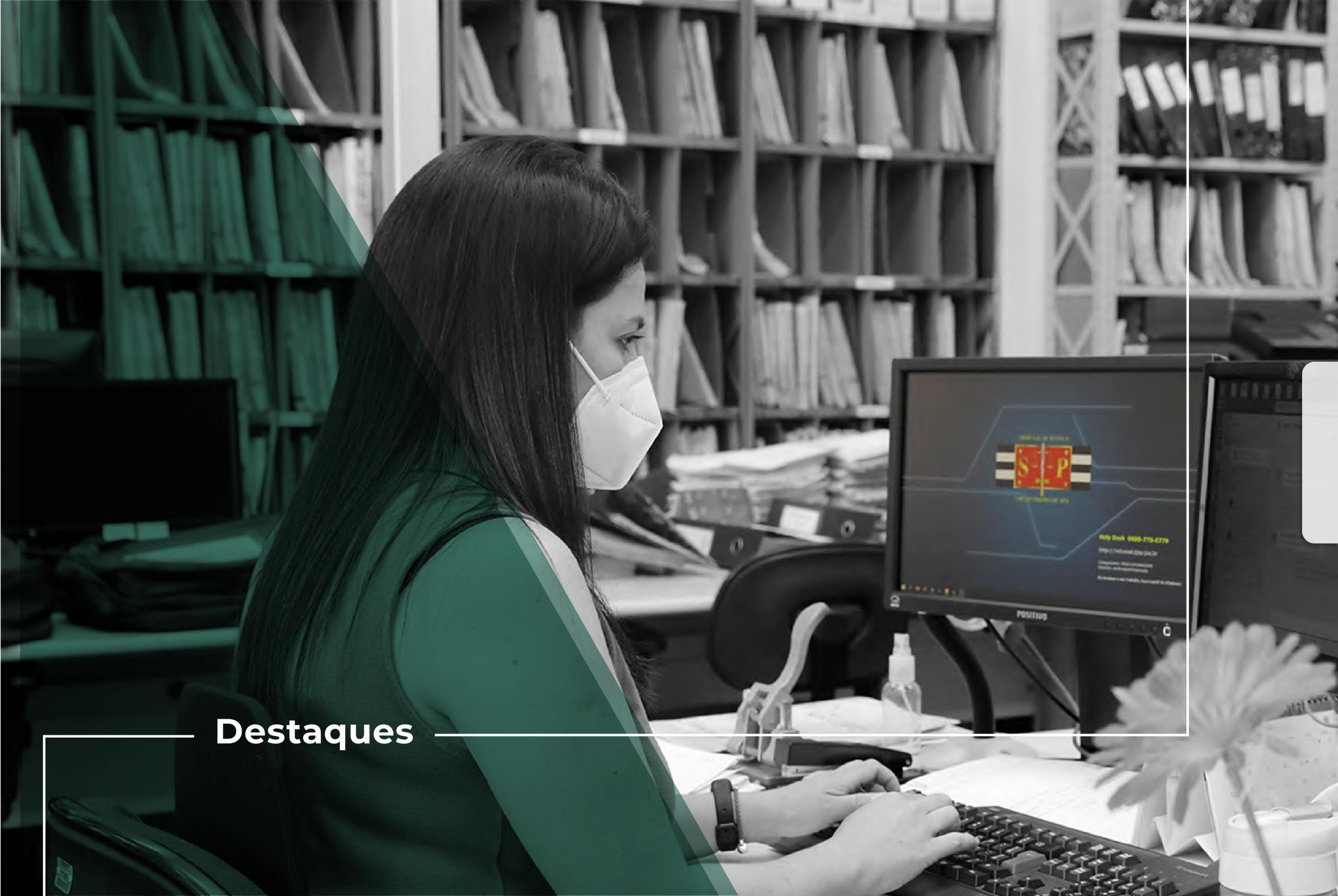
A realidade imposta pela pandemia, aliada às restrições orçamentárias do poder público, nos obrigou a realizar mais de dez anos de gestão em apenas dois. Foram muitos os aprendizados pessoais e profissionais, enorme a capacidade de superação em meio à tanta dor, mas acima de tudo, foi a vitória do comprometimento de 42.519 servidores e estagiários e de 2.537 magistrados que nos permitiu chegar até aqui, com a produção de mais de 50 milhões de atos judiciais em primeiro e segundo graus e a convicção de que a Justiça não para!

Nesse sentido, expandimos serviços, como o Balcão Virtual, criamos o Centro de Inteligência, demos início ao novo ciclo do Planejamento Estratégico 2021/2026, aos trabalhos do Laboratório de Inovação e ao Plano de Logística Sustentável. Nas próximas páginas, dando continuidade às realizações apresentadas no [Relatório de Gestão 2020](#), detalhamos nossos números, os resultados obtidos e os investimentos realizados, em especial na área de Tecnologia da Informação, força motriz da transformação com vistas ao constante aprimoramento da judicância paulista.

Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Presidente do TJSP [biênio 2020/2021]





Destques

Metas Nacionais do Poder Judiciário Nacional 2021



Segmento	Meta Nacional	Cumprimento
1º Grau	Meta 1 - Julgar mais Processos em relação ao número de Casos Novos	93%
	Meta 2 - Julgar Processos mais antigos	97%
	Meta 4 - Julgar Processos antigos de Crimes contra a Administração Pública e de Improbidade Administrativa	90%
	Meta 6 - Julgar Processos antigos de Ações Coletivas	101%
	Meta 8 - Julgar Processos antigos de Violência Doméstica (VD) e de Femicídio (Fem)	68% [Fem] 53% [VD]
2º Grau	Meta 2 - Julgar Processos mais antigos	116%
	Meta 4 - Julgar Processos antigos de Crimes contra a Administração Pública e de Improbidade Administrativa	141%
	Meta 6 - Julgar Processos antigos de Ações Coletivas	122%
	Meta 8 - Julgar Processos antigos de Violência Doméstica (VD) e de Femicídio (Fem)	191% [Fem] 199% [VD]



meta 11
Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica

107%

TJSP

veja mais



Planejamento Estratégico 2015-2020

Metas concluídas

- Capacitação de 50% dos agentes públicos em competências específicas
- Estruturação dos dados e aplicações digitais em nuvem híbrida (nuvem privada combinada com nuvem pública)
- Elevação em 10% do índice de Governança de TIC
- Adesão em 100% às diretrizes estratégicas referentes à Segurança de Informação
- Realização de 10% das audiências das varas criminais por teleaudiência
- Implantação de 50% das melhorias identificadas nos fluxos administrativos
- Redução em 10% a.a. o prazo de cumprimento das determinações judiciais da Infância e Juventude (referência 31/12/14)
- Redução para 15 dias do prazo de expedição de documentos e mandados da Infância e Juventude
- Redução para 30 dias do prazo da realização de audiência em processos da Infância e Juventude
- Implantação 100% do processo digital administrativo de recursos humanos
- Digitalização de 100% dos processos referentes aos prontuários dos servidores ativos



meta 11.5

Realizar **10%** das audiências criminais das varas criminais por teleaudiência até 31/12/20

61,9%
TJSP



veja mais

Planejamento Estratégico 2021-2026

Metas cumpridas em 2021

- Consolidação do teletrabalho nas unidades administrativas e judiciais, respeitadas as características próprias de suas funções, com revisão periódica do percentual estabelecido, levando-se em conta a produtividade atingida
- Capacitação, anual, de 30% dos agentes públicos em competências específicas, observada, preferencialmente, a área de atuação, até 31/12/26
- Disciplinar o funcionamento do Laboratório de Inovação e implantar rotina de trabalho até 31/12/21
- Implantar Centro de Inteligência até 31/12/21
- Elaborar o Plano de Logística Sustentável – PLS até 31/08/21
- Promover, ao menos, quatro ações anuais de acessibilidade e inclusão de 2021 a 2023 e, ao menos, duas ações anuais de 2024 a 2026



veja mais

2021	Total de servidores	Total de servidores em teletrabalho	Percentual de servidores em teletrabalho
Jan	38.757	26.479	68,32%
Fev	38.631	25.741	66,63%
Mar	38.534	33.433	86,8%
Abr	38.444	33.478	87,1%
Mai	38.391	24.519	63,9%
Jun	38.418	23.662	61,6%
Jul	38.362	23.344	60,8%
Ago	38.298	23.341	61,3%



meta 2.2

Consolidação do teletrabalho nas unidades administrativas e judiciais, até 31/12/26 [...]

Resolução TJSP nº 850/21, que prevê a possibilidade de até **50%** dos servidores em unidades judiciais e de até **70%** dos servidores em unidades administrativas realizarem suas atividades em teletrabalho





meta 18.2

Implantar Centro de Inteligência até 31/12/21

O Centro de Inteligência do TJSP foi criado em cumprimento à Resolução CNJ nº 349, com intuito de estabelecer a consolidação do esforço premente de gestão judiciária e de cooperação por uma atuação estratégica voltada para o uso racional do sistema de Justiça e para o tratamento adequado dos litígios. A extensão dessa litigiosidade vem sendo retratada nas estatísticas do Poder Judiciário. Apesar da constante elevação da produtividade, evidenciada na redução do estoque de 1,5 milhão de processos em 2018 e na média de 2.107 processos baixados por magistrados em 2019, o **País finalizou 2020 com 75,4 milhões de processos em tramitação**. Em 2020, 17,6 milhões de ações originária (casos novos) ingressaram Poder Judiciário Nacional.

O TJSP é o maior tribunal do País em porte e movimentação processual. Na Corte paulista em 2019, foram ajuizadas mais de **20 milhões de ações, julgados 23 milhões de processos e 25 milhões baixados**. No mesmo ano, cada magistrado de primeiro grau recebeu, em média, 1.903 casos novos, enquanto cada magistrado de segundo grau recebeu, também em média, 1.865 recursos ou ações originárias.

O **Centro de Inteligência** tem como objetivo qualificar a jurisdição, pela promoção da gestão do conhecimento, com melhor aproveitamento do capital intelectual em prol da formação da inteligência coletiva, ou inteligência judicial, promovendo a comunicação e articulação entre seus atores, resultando no aprimoramento da cientificidade na tomada de decisões a partir de dois eixos principais:

- O primeiro eixo é o tratamento adequado das demandas estratégicas, repetitivas e de massa, não apenas para a construção de soluções que garantam a celeridade e isonomia em relação aos processos já ajuizados, mas a atuação preventiva e a própria desjudicialização de litígios, a partir da identificação das causas geradoras e diálogo interinstitucional. Ou seja, a partir da identificação das causas geradoras do ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa, o Centro de Inteligência pode indicar as que têm potencial para autocomposição ou solução na esfera administrativa, articular políticas e ações de mediação e conciliação, prevenindo que novos processos tenham de ser ajuizados para que o mesmo problema seja resolvido.

- O segundo eixo está diretamente relacionado ao gerenciamento de precedentes, e se destina a auxiliar na internalização da norma jurídica construído por precedente qualificado, subsidiando os tribunais com as informações sobre dificuldades ou divergências na aplicação das teses fixadas.

Além disso, unindo a o primeiro eixo de atuação com o segundo, é esperada uma atuação proativa dos centros de Inteligência, que devem encaminhar aos tribunais informações sobre a repercussão econômica,

política, social ou jurídica de questões legais ou constitucionais que se repetem em processos judiciais; ou seja, trata-se de um órgão estratégico ou de gestão estratégica da informação.

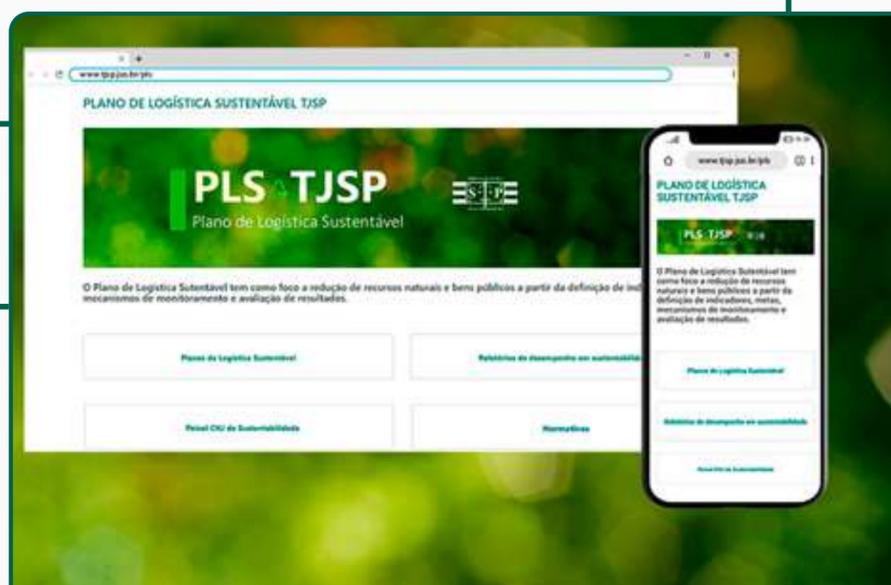
Desde a instalação em 14 de setembro/21, o Centro de Inteligência do TJSP estabeleceu o acompanhamento do tema 1 do Centro de Inteligência do Poder Judiciário Nacional - “Demandas predatórias ou fabricadas” e a realização de estudos relacionados a ações de expurgos inflacionários, danos elétricos e fluxos diferenciados em ações envolvendo superendividamento e execução de ações coletivas, além de pesquisas internas voltadas à identificação de temas para eventual uniformização de jurisprudência e iniciativas para o aprimoramento do uso dos sistemas disponíveis ao Judiciário, bem como início de discussões interinstitucionais para a desjudicialização de questões repetitivas relacionadas ao Departamento Estadual de Trânsito – Detran de São Paulo.



★ meta 19.1

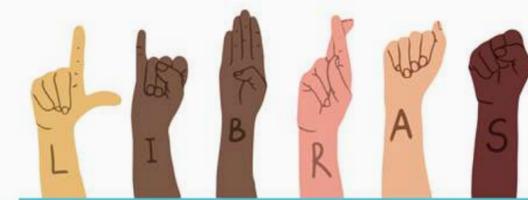
Elaborar o Plano de Logística Sustentável - PLS, até 31/8/21, e executar o Plano em 100%, até 31/12/26

A primeira parte da meta teve percentual de cumprimento de 100% com a publicação da Portaria nº 9.987/21, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável para o período de 2021 a 2026. O PLS é tem foco em objetivos e metas de sustentabilidade, sendo composto por 8 temas, 14 objetivos e 16 metas. Cada meta será acompanhada por Gestores designados pela Presidência, por meio da Portaria nº 9.993/21, de forma semelhante ao monitoramento desenvolvido para o Planejamento Estratégico



Curso de Libras

O TJSP lançou, em agosto, o Curso Prático de Língua Brasileira de Sinais (Libras) voltado ao público interno, em evento transmitido pelo Teams com interpretação simultânea em Libras e participação do professor Rimar Ramalho Segala, doutor em Linguística pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestre em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A servidora da Diretoria de Comunicação Social do TJSP especialista em Interpretação de Libras, Talita Pereira Messias, ministrou o curso inédito no Judiciário paulista, com o objetivo de capacitar magistrados e servidores a se comunicarem por meio da Língua Brasileira de Sinais, de modo a ampliar a interação com surdos, garantindo o acesso deste grupo de pessoas ao Judiciário paulista. Além desta iniciativa, o Tribunal também implementou em seu site aplicativo que traduz conteúdos digitais para Libras, facilitando o acesso para pessoas surdas. O mesmo aplicativo foi implementado no Portal do Servidor. Entre os conteúdos abordados estão conceitos gramaticais e linguísticos básicos da língua, prática do alfabeto manual, numerais, frases e termos para comunicação básica no atendimento a pessoas surdas e introdução a sinais específicos da área da Justiça e do Direito, além de atividades interativas e esclarecimento de dúvidas em fórum.



★ meta 20.1

Promover, ao menos, 4 ações anuais de acessibilidade e inclusão nos anos de 2021 a 2023 e, ao menos, 2 ações anuais nos anos de 2024 a 2026

As ações realizadas foram:

- Live “Os desafios da inclusão no Poder Judiciário”
- Curso de Libras
- Live “A inclusão pela Convivência com a Diversidade”
- Pesquisa para diagnosticar as necessidades dos magistrados e servidores com deficiência no TJSP

★ Projeto Rompa



No Dia Internacional de Mulher (8/3), o Tribunal de Justiça de São Paulo, em parceria com Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), com a participação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp) e apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), lançou o **#Rompa** www.tjsp.jus.br/rompa, para conscientizar a população sobre o ciclo da violência doméstica, agravado pela pandemia, que, muitas vezes, pode levar ao feminicídio.

O projeto de iniciativa da Presidência contempla a primeira edição do Prêmio #Rompa – TJSP e Apamagis, que busca identificar e dar visibilidade a ações de combate à violência de gênero idealizadas por magistradas e magistrados do Estado de São Paulo, bem como pela sociedade civil. As inscrições tiveram início em abril, totalizando 58 trabalhos inscritos: 11 na categoria Magistrada/Magistrado e 47 na categoria Sociedade Civil. Avaliaram os trabalhos da categoria Magistrada/Magistrado a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, a delegada Cristine Guedes, a jornalista Flávia Oliveira, a professora Fabiana Cristina Severi e a promotora de Justiça Juliana Tocunduva. O júri da categoria Sociedade Civil foi composto pela advogada Claudia Luna, juíza Juliana Silva Freitas, psicóloga Mafoane Odara, professora Mariângela Magalhães e defensora pública Mônica de Melo. Os prêmios de R\$ 5 mil (1º lugar), R\$ 3 mil (2º lugar) e R\$ 2 mil (3º lugar) são custeados pela Apamagis, como forma de incentivo à sua continuidade. Os [projetos finalistas](#) foram divulgados no mês de novembro e o vencedores serão divulgados ainda em 2021.

★ Eficiência energética

O Tribunal de Justiça de São Paulo tem desenvolvido, por meio da Secretaria de Administração e Abastecimento, ações em parceria com as concessionárias de energia elétrica, de modo a reduzir o consumo de energia dos prédios ocupados pelo TJSP, tornando-os mais sustentáveis e eficientes. As concessionárias de energia elétrica têm substituído, sem custos ao erário, a iluminação convencional de alguns prédios do TJSP por lâmpadas LED e instalado sistema de geração de energia fotovoltaica (energia solar), permitindo que o TJSP colabore para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, preservando-o para as presentes e futuras gerações, tal qual estabelece o artigo 225 da Constituição Federal

Ações realizadas em 2021:

Eficiência energética com a ENEL - Dois projetos selecionados na CPP – Chamada Pública de Projetos (ainda a serem executados):

- Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – substituição e descarte de **13.884** lâmpadas, reatores e luminárias obsoletas, com o custo estimado não desembolsado pelo TJSP no valor de R\$1.000.000,00, com potencial de promover uma **redução anual no consumo de 997 MWh e 186 kW** – suficiente para abastecer até 415 residências populares com consumo de 200kWh/mês, **evitar a emissão de 106,36t de carbono*** e reduzir em R\$183.915,03 por ano as despesas com energia no prédio

**evitar a emissão de 106,36t de carbono - equivale a plantar 638 novas árvores*

- Prédio do Patriarca – substituição e descarte de **10.388** lâmpadas, reatores e luminárias obsoletas, com o custo estimado no valor de R\$500.000,00, com potencial para promover uma **redução anual no consumo de 474 MWh e 79 kW** – tal volume de economia de energia elétrica é suficiente para: abastecer até 197 residências populares com consumo de 200kWh/mês, evitar a emissão de **50,54t de carbono***, e reduzir em R\$215.611,79 por ano as despesas com energia no prédio

** evitar a emissão de 50,54t de carbono = plantio de aproximadamente 303,23 novas árvores*

Parceria com a Elektro

Plenário do Júri de Rio Claro, comarca cuja necessidade de substituição impulsionou a inclusão de outros prédios do TJSP no programa de Eficiência de Iluminação de Prédios Públicos da Elektro. Havia necessidade de locar andaimes para promover a substituição das lâmpadas do Plenário do Júri, além do ônus envolvido na aquisição das lâmpadas. A Elektro foi consultada pela equipe e promoveu a inclusão do prédio em seu programa, sem ônus para o TJSP, com a consequente substituição da iluminação antiga de toda a edificação por mais eficiente, sendo estendida para várias outras comarcas na região de atuação da Concessionária de Energia Elektro: **27 prédios em 24 comarcas** já foram beneficiados e mais 3 comarcas ainda serão contempladas, totalizando a substituição de 7.341 lâmpadas convencionais por **lâmpadas LED**

Com o desenvolvimento de tais parcerias e a participação nos projetos de eficiência energética das concessionárias o TJSP caminha para auxiliar no cumprimento de dois objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030:

- ODS 7 - Energia acessível e limpa
- ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima



★ Redução de contratos

Em continuidade às ações de aprimoramento na gestão, houve a aglutinação de novos contratos, resultando na redução de 10,51% no ano, passando de 371 contratos vigentes em janeiro de 2021 para 332 em setembro do mesmo ano

Em termos financeiros, referidas aglutinações e a contratação por período inicial de 30 meses resultaram em economia mensal aproximada de R\$ 618.969,07, ou seja, de 4,13% quando comparado os valores pagos no início do ano com os recursos mensais em setembro de 2021



veja mais



R\$226.606,02
economizados na devolução
de prédios alugados



veja mais

★ Redução da frota

Em continuidade ao trabalho de análise da frota de veículos, a área de Logística está em processo de leilão de 38 automóveis e já recolheu 100 veículos para próximos leilões, com uma **redução estimada em 11,9% da frota atual**, ação que visa dar cumprimento à meta do Plano de Logística Sustentável relacionada ao tema

Quantidade 1.158 veículos

Ativos Capital	Ativos Interior	Baixados Leilão	Recolhidos próximo Leilão	Recolhidos	Provável Baixa 2021	Estimativa 2022
643	477	38	60	40	138	1020

Foram iniciados estudos visando a introdução do uso do serviço TAXI-TJSP, compartilhamento de veículos e planejamento de atividades junto às áreas administrativas dos Gades e do Palácio da Justiça (CPA 2021/93444), com **redução de custos mensal estimada em R\$ 67.914,05** relativa aos postos de motoristas suprimidos em 2021. Adicionalmente, os valores faturados em alguns contratos de Logística foram menores do que a base mensal prevista para o trimestre, resultando em um saldo não dispendido pelo erário de **R\$ 16.395.026,18**, no período de julho a setembro

R\$ 67.914,05
economizados





TJSP em números

Estrutura TJSP

10 REGIÕES ADMINISTRATIVAS



1.534 VARAS

305
CAPITAL

1.229
INTERIOR

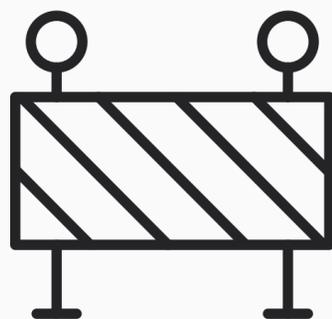


57 CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

320 COMARCAS



1.158
FROTA DE VEÍCULOS



968
OBRAS
CONCLUÍDAS

96
EM ANDAMENTO



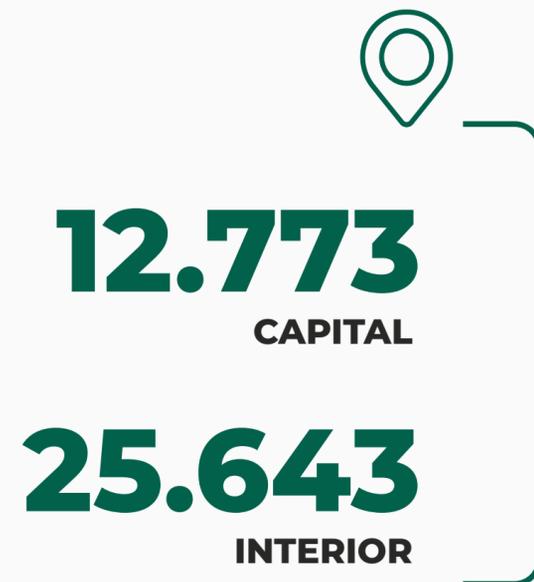
793
PRÉDIOS

377
PRÓPRIOS

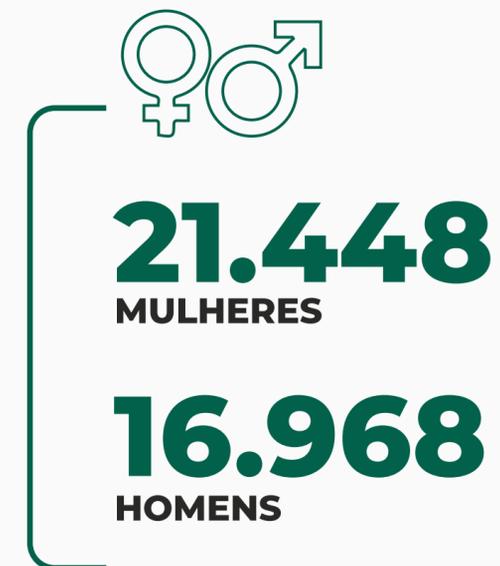
80
LOCADOS

336
CEDIDOS

Servidores até 30/9/21



38.416
EFETIVOS



28.799
1º GRAU

3.761
2º GRAU

5.856
UNIDADE
DE APOIO



veja mais

INGRESSOS

CARGO	LOTAÇÃO	QUANTIDADE
Escrevente	Capital	68
Escrevente	Interior	113
Psicólogo	Capital	0
Assistente Social	Capital	25
TOTAL	-	215

CARGOS VAGOS

RAZÕES	QUANTIDADE
Aposentadoria	613
Exoneração	117
Falecimento	69
Demissão	6
Dispensa	7
TOTAL	812

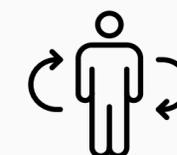
RAJ

1ª RAJ - Grande São Paulo	16.924
2ª RAJ - Araçatuba	1.321
3ª RAJ - Bauru	1.853
4ª RAJ - Campinas	4.926
5ª RAJ - Presidente Prudente	2.048
6ª RAJ - Ribeirão Preto	3.214
7ª RAJ - Santos	2.139
8ª RAJ - São José do Rio Preto	1.974
9ª RAJ - São José dos Campos	2.039
10ª RAJ - Sorocaba	1.978
TOTAL	38.416

Total

3.619

**Servidores remanejados,
relotados ou permutados**



1.130

**Nomeações em
cargos de confiança**



veja mais

Magistratura

2.536

MAGISTRADOS

2.180

JUÍZES

356

DESEMBARGADORES



916
MULHERES

1.620
HOMENS



veja mais

A MAGISTRATURA NA 1ª INSTÂNCIA

ENTRÂNCIA	CARGOS CRIADOS	MAGISTRADOS NA ATIVA	CARGOS VAGOS/ NÃO INSTALADOS
JD. Substituto em 2º Grau	115	85	30
Final – Titular Capital	393	305	88
Final – Titular II Capital	188	173	15
Final – Titular Interior	811	755	36
Final – Varas Regionais	40	2	38
Final – Turmas Recursais	60	0	60
Intermediária – Titular Interior	179	162	17
Intermediária – Auxiliar da Capital	286	201	85
Intermediária – Auxiliar do Interior	374	175	199
Inicial	317	199	118
Juízes Substitutos	400	103	297
TOTAL	3163	2180	983

A MAGISTRATURA NA 2ª INSTÂNCIA

SEÇÃO	CARGOS CRIADOS	MAGISTRADOS NA ATIVA	VAGOS*
Direito Criminal	80	80	-
Direito Público	90	90	-
Direito Privado	190	186	4
GERAL	360	356	4



Auditoria interna

21

Relatórios de Auditorias

16

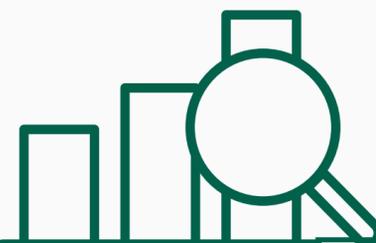
Auditorias em andamento

28

Acompanhamentos concluídos

21

Acompanhamento de determinações
extraídas em auditorias realizadas



Licitações

97

Em andamento

82

Concluídas em 2021

666

Convênios vigentes

661

Contratos

63

Atas de Registros de Preços

R\$

Orçamento

19.041.241.365,00

Aprovado pelo Órgão Especial

12.322.848.788,00

Lei Orçamentária nº 17.309, de 29/12/20



veja mais

Processos

1º Grau

3.042.535

Novos (até set/21)

3.204.565

Julgados

18.715.041

Em andamento

2.858.748

Sentenças

11.362.038

Decisões interlocutórias

7.294.730

Despachos

(Dados de jan/ago 2021)

21.515.516

Total



2º Grau

804.758

Em andamento (em 30/9/21)

800.800

Julgados (jan/set 2021)

736.737

Acórdãos proferidos

73.275

Decisões monocráticas

768.969

Despachos

(Dados de jan/set 2021)

17.832.022

Movimentações lançadas
por servidores nos processos



veja mais

Comunicação



Instagram

168K

934 postagens
+35 mil seguidores



Twitter

44,5K

879 postagens
+2,6 mil seguidores



Facebook

326,6K

993 postagens
+8,6 mil seguidores



YouTube

19,5K

1.828.991 visualizações
+6,4 mil inscritos

/tjspooficial

Redes Sociais



Portais [site e intranet]

2.637

Notícias

697

Coberturas de pautas

4.057.791

Páginas no DJE

50

Atendimentos/dia Imprensa



130

Sinalizações



267

Vídeos



19.166

Fotos



558

**E-mails
marketing**



38

**Eventos
virtuais**



Projetos e resultados



Presidência

A Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma estabelecida no Regimento Interno, atua nos processos judiciais de competência do Órgão Especial e antes da distribuição, e isso para a apreciação de pedidos de assistência judiciária, da suspeição de servidor ou perito, de deserções e desistências de ações e recursos, bem como de incidentes processuais urgentes.

A Presidência também realiza o juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário em processos de competência do Órgão Especial, o que inclui incidentes deles decorrentes, assim como executa as decisões do Tribunal de Justiça em processos da competência originária do Órgão Especial, desde que de interesse das Fazendas Públicas e das autarquias.

O presidente do TJSP atua como relator em incidentes de suspeição e de impedimento de desembargador, assim como nos agravos internos e regimentais de suas decisões.

Atuação da Presidência no contexto judicial, 31/10/21:

- 93 decisões quanto à admissibilidade de recursos especiais
- 245 decisões quanto à admissibilidade de recursos extraordinários
- 6 decisões quanto à suspensão de recursos por repercussão geral ou pelo sistema dos recursos repetitivos
- 151 votos proferidos no Órgão Especial e na Câmara Especial de Presidentes
- 2.748 deliberações de outra natureza, o que abrange despachos, decisões em arguições de suspeição e impedimento de desembargadores, além de atos demissórios de servidores

O presidente do Tribunal de Justiça aprecia pedidos de suspensão de liminares ou de ordens concedidas em primeiro grau de jurisdição em mandados de segurança ou em outras ações ajuizadas contra o Poder Público

Até 31/10/21, foram apreciados 84 pedidos de suspensão de liminar ou sentença, destacando-se que tais incidentes normalmente envolvem assuntos com reflexos imediatos na Administração Pública, como pleitos ligados ao Plano São Paulo, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo para o combate à atual pandemia, e ao plano de vacinação, adotando-se, de modo geral, entendimento em harmonia com as decisões do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, conferida a necessária segurança jurídica à atuação estatal.

A Presidência, no biênio anterior, assumiu o processamento de cartas rogatórias, atribuição antes conferida à Corregedoria Geral da Justiça. Tais cartas são cadastradas no sistema informatizado e analisadas, seguindo-se que, caso aptas à tradução, são encaminhadas a tradutor para posterior digitalização e remessa ao Ministério da Justiça. As cartas rogatórias que não estão aptas à tradução são devolvidas ao juízo de origem, e isso com as informações a respeito das providências que devem ser adotadas. Após a incorporação dessa atribuição, o tempo entre o cadastramento da carta rogatória no sistema e a realização da análise inicial **diminuiu de três meses para uma semana.**

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas, ligado à Presidência, promove o gerenciamento e o fornecimento das informações necessárias quanto ao acervo de processos submetidos aos institutos da repercussão geral, dos recursos repetitivos e da assunção de competência.

Ainda na parte ligada aos assuntos classificados como jurisdicionais, a Presidência atua em outras esferas, mormente perante o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, verificando-se a apresentação de informações e de manifestações, tais como:

- expedientes de análise e registro dos atos de concessão de aposentadorias concedidas nesta Corte perante o Tribunal de Contas
- defesa de direitos adquiridos pelos servidores e magistrados, o que abrange, em determinadas situações, o cômputo do tempo de iniciativa privada, de advocacia para fins de aposentadoria, assim como o cômputo do tempo ficto de 17% aos magistrados do sexo masculino
- defesa dos critérios para a concessão de compensações aos magistrados, especialmente no Supremo Tribunal Federal e no Conselho Nacional de Justiça
- defesa dos interesses da magistratura perante o Congresso Nacional, mormente no que tange ao Projeto de Lei nº 6.726, que regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11, o artigo 37 da Constituição Federal.

No contexto administrativo, em plena harmonia com os parâmetros fixados pela Corregedoria Nacional de Justiça, a Presidência conferiu destaque aos expedientes de monitoramento de acervo e de produtividade dos desembargadores. Existem 67 expedientes de monitoramento em andamento por conta de determinações do Conselho Nacional de Justiça. Se insatisfatórios os resultados obtidos com o monitoramento, o que representa exceção na Corte paulista, a Presidência encaminha ao Órgão Especial a proposta de instauração de processo administrativo disciplinar.

Cabe acrescentar que, em 2021, no aspecto disciplinar, foram registrados 63 pedidos de providências e representações no âmbito da Presidência, proferidas 70 decisões de arquivamento, aqui incluídas as iniciadas em 2020.

Outro ponto de destaque, a aprovação do Programa de Assistência à Saúde Suplementar para os magistrados, nos termos da Resolução nº 844/20, antiga expectativa da magistratura paulista que passou a vigorar em fevereiro.

Por fim, a Presidência encaminhou ao Órgão Especial, em trabalho conjunto com a Corregedoria Geral da Justiça, a proposta de resolução a abordar o teletrabalho para período subsequente à pandemia, tanto para servidores quanto para magistrados. Tal proposta fora lastreada na experiência obtida e nos resultados alcançados com o trabalho remoto durante o período de isolamento social, anotada produtividade equivalente ao trabalho presencial, com expressiva redução de despesas. O Órgão Especial, em 14/4/21, aprovou a proposta, seguindo-se a publicação da Resolução nº 850/21.





Secretaria da Presidência

A Secretaria da Presidência, realizou 3.774 atividades por meio Diretoria de Relações Institucionais, entre as quais instalações virtuais de Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs), de varas e UPJs na Capital e Interior



Coordenadoria de Apoio aos Servidores - Caps

Atendimento

Em 2021, 173 servidores foram ouvidos e orientados seja presencialmente, por telefone ou via chat, com relatórios individualizados para cada um desses suportes e seu pronto encaminhamento ao setor responsável

Canal Direto com o Presidente

Desde sua criação em 2012, cerca de 84 mil interações foram recebidas, das quais mais de 2 mil em 2021

Dúvidas: 883

Sugestões: 679

Críticas: 549

Elogios: 58



Expedientes Consensuais de Solução de Conflitos

Conforme normatizado pelo Provimento CSM nº 2.464/17, a Caps é responsável por acolher as reclamações sobre assédio moral no ambiente de trabalho, cartórios ou secretarias do Tribunal de Justiça. Desde o início, 420 denúncias foram recebidas e precedidas de verificação, pautada, pelos critérios consensuais de solução de conflitos.

Grugade

O Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juizes Substitutos em Segundo Grau – Grugade busca suprir os afastamentos dos assistentes jurídicos e escreventes técnicos judiciários em razão de licença-gestante ou saúde. A equipe, que em 2014 contava com 7 servidores, possui agora 16 funcionários que prestam serviços por até 90 dias totalizando 374 pedidos



Palestras e Lives

Foram realizados 45 eventos ao longo do ano, com mais de 22 mil espectadores, número recorde. Com o Sistema de Trabalho Remoto, as exposições foram ministradas pela plataforma Teams, com enfoque em qualidade de vida e melhora no ambiente de trabalho.

Sempre de forma gratuita, palestrantes, entre os quais, José de Souza Martins, Bruno Motta e Leila Navarro, compartilham experiências de vida com servidores e magistrados





Visita Monitorada Virtual ao Palácio da Justiça

Lançada em setembro/2020 pela plataforma Teams, foi consolidada, em 2021, como estratégia de continuidade da prestação do serviço e atendimento às instituições e o público em geral, interessados em conhecer o Tribunal de Justiça (instituições de ensino, professores, alunos, funcionários e magistrados), possibilitando o atendimento a novos públicos, não somente do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil

O Palácio da Justiça recebeu 3.000 pessoas virtualmente, em apenas 3 meses em 2000. Até novembro de 2021, foram recebidas 7.190 pessoas virtualmente, além de 17 convidados presenciais, totalizando 7.207 pessoas, o que representa um crescimento de 14,1% da média anual de pessoas recebidas no biênio 2018/2019 e de 38,3% da média anual, considerando o período 2012-2021

O Tribunal de Justiça participação na 19ª Semana Nacional de Museus (de 17 a 21/5), na 7ª Jornada do Patrimônio (11 e 12/9) e na 15ª Primavera dos Museus (de 20 a 24/9), por meio de visitas virtuais ao Palácio da Justiça, inclusive com tradução em Libras, com participação de 1.473 visitantes

Total Geral de visitantes no Palácio da Justiça em 10 anos: 52.118 (até 9/11/21)

Média Anual: 5.212 visitantes/ano



veja mais

Projetos

Visitas virtuais temática – Dia Internacional da Mulher - contou com a participação de magistradas e servidoras do TJSP ao longo do mês de março

Visita Virtual em Libras – continuidade ao atendimento de estudantes usuários da Língua Brasileira de Sinais, a visita virtual foi adaptada, no início de 2021, com inclusão de legendas e imagem da tradutora no vídeo

Teaser – Produção de vídeo de divulgação da visita monitorada – no ar desde março, tem ajudado a trazer mais interessados para as visitas

Agendamento On-line – lançado em agosto, facilita o acesso do público às visitas

Projeto de Pesquisa de Satisfação (Online) – aplicação de pesquisa de satisfação em novo formato, pelo Forms, junto às instituições/professores e criação da pesquisa de satisfação para alunos, implantada em outubro

Prospecção para realização de visitas – levantamento e comunicação personalizada com 1.300 novas instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o Brasil, incluindo as universidades federais e estaduais

Inserção de informações sobre a Visita Monitorada Virtual no site da SPTuris – ampliando a divulgação do serviço para o público em geral

Projeto 360° – visitação ao Palácio da Justiça em 360°, por meio da utilização de tecnologias interativas disponíveis no mercado (2022)

Inclusão da visita monitorada virtual no programa de integração de novos funcionários do TJSP – de forma similar à realizada no Programa de Integração dos novos Magistrados (EPM) em 2022

Visitas virtuais para novos públicos – desenvolvimento de conteúdo para públicos específicos



Museu TJSP

Visitas monitoradas telepresenciais

- 6.350 visitantes
- 16 visitas abertas
- 54 instituições
- Visitas especiais: Dia da Memória, Memória TJSP, 7ª Jornada do Patrimônio, Dia Internacional dos Museus e 15ª Primavera dos Museus

Exposições Virtuais

- Exposição 147 anos TJSP
- Luiz Gama e o Judiciário Paulista no século XIX
- 70 anos de instalação do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo
- Revolução de 32 - 2ª edição revisada e ampliada tornando-a permanente

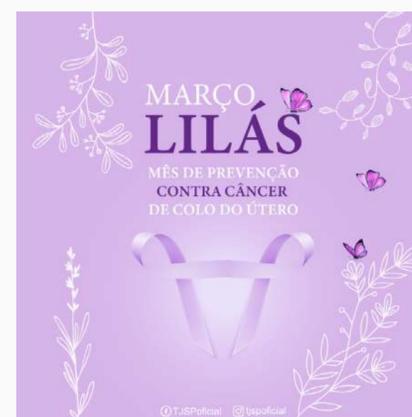
Projetos

- Continuidade de desenvolvimento de software para adequação e modernização de catalogação de acervo
- Adequação, recorte e enquadramento de fotografias, totalizando ao todo mais de 5.000 itens, com posterior catalogação e indexação
- Adequações dos núcleos de exposição permanentes do Museu: Palacete Conde de Sarzedas, Espaço Cultural Poeta Paulo Bomfim, Sala José Adriano Marrey Junior, Memorial Hely Lopes Meirelles, Memorial Young da Costa Manso
- Agendamentos e acompanhamentos para realização de limpeza da reserva técnica – Pátio do Colégio; organização e conservação do acervo e readequação dos quadros e moveis que se encontram no local
- Atestado individualizado aos participantes das visitas telepresenciais, com mais de 2.300 atestados emitidos pelo powerapps, automate e forms
- Gravação e edição do vídeo de depoimentos para as visitas telepresenciais “Memória TJSP”, promovendo a cultura e a memória do TJSP em Regiões Administrativas Judiciárias



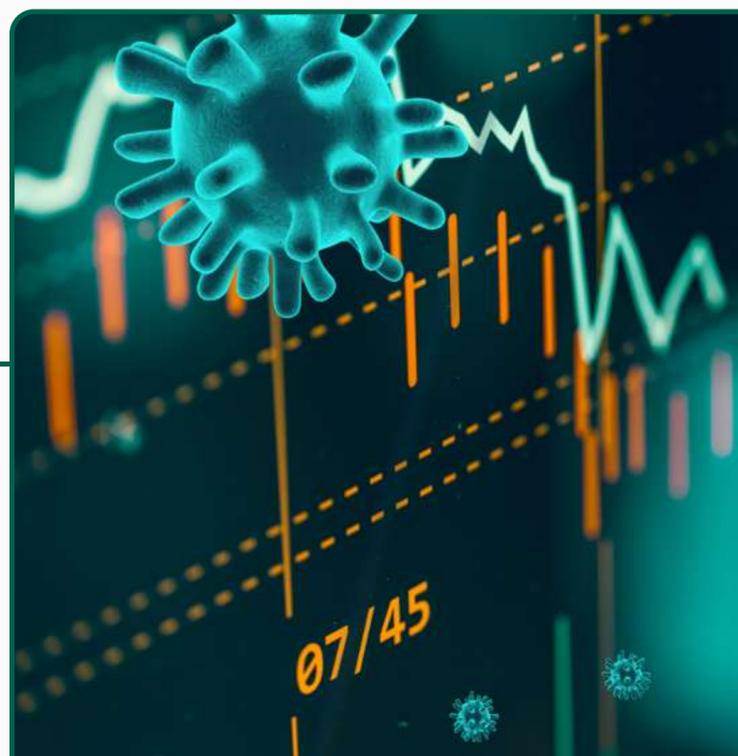
Apoio a iniciativas de saúde

Por iniciativa da Presidência, o Tribunal de Justiça adere a ações nacionais de conscientização sobre temas relativos à saúde da população, por meio da iluminação do Palácio da Justiça, localizado na Praça da Sé, Centro de São Paulo. Além das luzes coloridas no prédio, o logotipo no site institucional recebe o laço correspondente à campanha de incentivo ao diagnóstico precoce como forma de combater as doenças associadas às cores mensais. A iniciativa também é divulgada nas redes sociais e demais canais oficiais do TJ



Orçamento e finanças

Em 2021, o Tribunal de Justiça de São Paulo continuou enfrentando os efeitos econômicos e financeiros do segundo ano da pandemia de Covid-19



Pessoal e Encargos Sociais (Fonte 1 – Tesouro e 30% da Taxa Judiciária – Lei nº 17.288/20)

O prognóstico no início do ano era de equilíbrio entre a dotação consignada na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.309/20) e as despesas com a Folha de Pagamento de servidores e magistrados. Durante o exercício, entretanto, as despesas com a Folha de Pagamento foram positivamente impactadas pela:

- Elevação da receita proveniente da Taxa Judiciária com a queima automática das guias Dare
- Continuidade dos reflexos da Reforma da Previdência, que elevou a contribuição previdenciária de ativos e inativos e, conseqüentemente, diminuiu o impacto da Insuficiência Financeira
- Ampliação da receita de royalties em decorrência do preço internacional do barril do petróleo, reduzindo a pressão da Insuficiência Financeira

Adicionalmente a esses fatores, o crédito suplementar de R\$ 36 milhões em outubro possibilitou o pagamento da implantação da Progressão/2019 e dos atrasados da Progressão/2014 na Folha de agosto e os referentes a 2015 na de outubro

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - TESOIRO + TAXA (30%)

(posição em set/21)

A	Dotação Orçamentária	9.663.568.463,00
B	Despesa estimada – Folha	9.643.649.026,92
C	Progressão 2015 estimada (Pagto out/21)	15.695.682,28
D	Resultado (A – B – C)	4.223.753,8

ORÇAMENTO 2021

Posição em 20/10/21 - todas as fontes

GRUPO DE DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO ATÉ 20/10/21	SALDO ATUAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.045.039.008,00	136.000.000,00	10.181.039.008,00	7.259.560.607,95	2.921.478.400,05
CUSTEIO	2.247.166.590,00	534.627.422,00	2.781.794.012,00	1.854.709.205,37	927.084.806,63
INVESTIMENTOS	30.643.180,00	6.658.744,00	37.301.924,00	3.661.740,71	33.640.183,29
INVERSÕES FINANCEIRAS [AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS]	10,00	0,00	10,00	-	10,00
TOTAL	12.322.848.788,00	677.286.166,00	13.000.134.954,00	9.117.931.554,03	3.882.203.399,97

Dos R\$ 677 milhões em créditos abertos, 85% foram cobertos pelo Fundo Especial de Despesa. O maior montante, R\$ 261 milhões, destinou-se à contratação de nuvem privada. Dos R\$ 100 milhões aportados pelo Tesouro Estadual, 64% foram destinados para a Tecnologia da Informação

Dados extraídos do Sigeo (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária) em 20/10/21.



veja mais

Fundo Especial de Despesa

No biênio 2020/2021, em relação à arrecadação para o FED – Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça, os orçamentos anuais constantes das Leis Orçamentárias nº 17.244/20 e nº 17.309/20 foram de R\$ 2.475.574.181,00 e R\$ 2.642.891.637,00, respectivamente. A arrecadação do exercício de 2020 foi inferior à prevista – ao contrário da expectativa para 2021, em vista da recuperação econômica e da elevação na taxa básica de juros

Devido à alta da Taxa Selic, a partir de março, e à melhora, além do previsto, na arrecadação de Taxas Judiciárias (5% acima do estimado), Emolumentos (19% acima) e Outras Receitas (30% acima), o TJSP registrou aumento na receita do FED em relação à orçada na LOA/2021



veja mais

Arrecadação - Fundo Especial de Despesa

Mês	Meta Selic (a.a.)	% a.m. Repasse Acordo BB	Valor (R\$)
Jan/21	2,00%	0,059%	46.659.784,00
Set/21	5,25%	0,101% até 22/set e 0,121% após	85.037.547,84

A reabertura econômica e de todas as atividades do TJSP proporcionaram a recuperação das receitas em geral, como se pode ver no quadro abaixo:

Comparativo das Receitas - Taxa Judiciária e Emolumentos – 2019 a 2021

Receita	Mês / Ano	Valor	% Oscilação
Taxa Judiciária	Set/19	67.490.329,39	
	Set/20	64.190.390,19	-4,89% (20/19)
	Set/21	76.008.961,00	18,41% (21/20); 12,62% (21/19)
Emolumentos	Set/19	19.648.255,33	
	Set/20	26.371.236,60	34,22% (20/19)
	Set/21	31.642.417,00	20% (21/20); 61% (21/19)

* Inflação (IPCA) Set/19 até Set/21 registrada em 13,6573%.

Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>

A manutenção da Taxa Judiciária em 60% representou maior participação nas receitas do Fundo Especial de Despesa, enquanto a Taxa Selic esteve no menor patamar já registrado em toda série histórica. A projeção do Banco Central (Boletim Focus de 12/11) para a Taxa Selic, que iniciou o ano em 2% a.a., é de encerrar 2021 em 9,25% a.a., o que impacta positivamente a receita proveniente do acordo com o Banco do Brasil, cujo valor é calculado com base na MSD – Média de Saldo Diária dos depósitos judiciais e precatórios

Arrecadação da Principal Receita

Mês	Meta Selic a.a.	% a.m. Repasse Acordo BB	Valor (R\$)
Set/19	6,00%	0,131% até 18/Set e 0,121% após	86.907.076,48
Set/20	2,00%	0,053%	37.846.235,40
Set/21	5,25%	0,101% até 22/Set e 0,121% após	85.037.547,84

O cenário demonstra a recuperação na arrecadação da principal receita vinculada ao Tribunal de Justiça em 2021, saltando de R\$ 37.846.235,40MI (0,053% sobre a MSD), em set/20, para R\$ 85.037.547,84MI (0,101% sobre a MSD até 23/set e 0,121% após), em set/21, porém ainda abaixo dos valores médios de 2019, acompanhando a elevação da Selic



veja mais

Disponibilidade Financeira

A disponibilidade financeira do FED TJSP é composta por recursos vinculados (Fonte 2 -Taxa Judiciária 60%) e recursos próprios do Fundo (Fonte 3 - emolumentos, despesas processuais, aplicações financeiras, alienação de bens, repasses do BB, entre outros) já deduzidos as obrigações com terceiros. A disponibilidade financeira do FED TJSP em 31/12/19 era de R\$ 1.006.448.259,47 e a previsão de encerramento em 2021 está em R\$ 1.033.851.529,15 (estimativa em 10/10), visto que a queda da receita em relação a 2019 foi compensada pelo saneamento nas despesas inscritas em restos a pagar

Despesas com custeio, investimentos, indenizações de pessoal

As despesas com vencimentos, subsídios, encargos sociais e custeio (adiantamento capital e interior, utilidade pública - água, luz, telefone, diárias, locação de imóvel) são parcialmente custeadas na Fonte 1 – Tesouro, quase todas as demais oneram o Fundo Especial de Despesa, entre as quais: indenização de férias, licença-prêmio, outras indenizações de pessoal, auxílios (alimentação, creche, funeral, saúde e transporte), Tecnologia da Informação, limpeza, vigilância, reformas, manutenções de prédios e equipamentos, estagiários, correios, guarda e gerenciamento de arquivos

Quadro Resumo das Despesas Contratuais e Estimadas - Iniciais - Por Tipo de Despesa

Desp. Contratuais e Estimadas	Realizado 2020	Despesa Inicial 2021 (c)	Realizado (*) 2021 (d)	Resultado 2021 (d)-(c)	Em % (d)/(c)
Auxílios	617.215.581,37	610.451.373,92	643.839.634,83	33.388.260,91	5,47%
Indenização de férias, licença-prêmio, dias de compensação e horas credoras	527.184.914,00	701.351.668,92	663.316.449,05	- 38.035.219,87	-5,42%
Locação de Imóveis	102.329.138,45	107.771.687,29	111.210.300,72	3.438.613,43	3,19%
Correios	85.891.702,26	141.600.000,00	105.339.407,47	- 36.260.592,53	-25,61%
Tecnologia da Informação	409.751.939,06	826.721.246,79	856.928.350,93	30.207.104,14	3,65%
Limpeza, Vigilância e Portaria	323.884.502,78	349.566.094,31	331.369.989,23	- 18.196.105,08	-5,21%
Manutenção, Conservação e Reformas	76.312.670,75	114.395.258,12	95.984.586,59	- 18.410.671,53	-16,09%
Outros	327.674.842,52	517.260.388,84	355.219.838,64	- 162.040.550,20	-31,33%
TOTAL	2.470.245.291,19	3.369.117.718,19	3.163.208.557,46	- 205.909.160,73	-6,11%

(*) Despesa efetiva até 20/10/2021 + estimada de 21/10/21 a 30/12/21

Execução Orçamentária

Em continuidade ao trabalho desenvolvido em 2020, o processamento de despesa (empenho, liquidação e pagamento) e o resgate de verba contingenciada foram realizados de forma 100% digital, resultando em aumento de 30% de documentos contábeis gerados em relação ao ano anterior. Algumas melhorias:

- viabilização de reuniões virtuais com empresas e sindicatos, para resgate de verbas trabalhistas previstas na Resolução CNJ 169/13 e atualizações
- gestão e controle de documentos (notas fiscais, atestes, guias de ISS) via protocolo digital para garantir o processamento e a liquidação
- conciliações, via banco de dados, dos lançamentos de tributos geridos pela SOF (IR, ISS, INSS)
- gestão e controle dos documentos processados, via banco de dados, com conciliações de valores, das notas de liquidação e das programações de desembolso, com objetivo de evitar-se incorreções e atrasos nos pagamentos de fornecedores e de tributos

Destaca-se também a publicação da Portaria 9.973/21, que regulamenta a inscrição e cancelamento de valores inscritos em Restos a Pagar no âmbito do TJSP, propiciando mais agilidade e segurança para a gestão e o acompanhamento mensal do desenvolvimento da despesa. O foco no saneamento de valores inscritos em Restos a Pagar aumentou 105% os cancelamentos em relação ao biênio anterior, passando de 1.468 (em 2018/2019) para mais de 3.000 (2020/2021)

- Continuidade da implantação e expansão do SGF – Sistema de Grandes Faturadores, com alteração de forma de processamento das contas de água/esgoto e energia elétrica para o SGF, permitindo a automatização do processo de pagamento das faturas de utilidade pública, desde o ateste da fatura até a programação de pagamento

SGF - Sistema de Grande Faturadores (* valores apurados até 22/10)

	2020	2021
Quantidade Faturas	2421	7435
Valor – R\$*	3.093.587,40	7.779.862,00



veja mais

- Credenciamento de bancos: iniciada a compensação entres as instituições financeiras participantes do credenciamento, o recebimento de valores pertencentes a outras receitas não contempladas nas 3 parcelas principais do contrato e finalizado o sistema de cálculos da 3ª parcela

Contas dos Oficiais de Justiça e Central Compartilhada

Foram iniciados no 2º semestre a centralização das Contas dos Oficiais de Justiça (Mandados Pagos) da 1ª RAJ e o pagamento pela Central Compartilhada, o que proporcionará melhor gestão administrativa e aumento do Fundo Especial de Despesas, devido ao recebimento de receitas de aplicação financeira e de 1% do valor pago por meio do contrato de Credenciamento

Termo Cooperação TJSP – PGE/SP

Celebração do Termo de Cooperação para reembolso dos valores correspondente às despesas de citações/intimações das ações de Execuções Fiscais promovidas pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Início do recebimento – set/21

Governança Apoio Técnico e Administrativo

Com a reestruturação administrativa da Secretaria de Orçamento e Finanças, realizada em abril, foi criada a Diretoria de Governança e Apoio Técnico e Administrativo

- Disponibilização mensal do Painel Gerencial de Orçamento e Finanças para a Presidência, contemplando projeções para o orçamento, execução orçamentária, restos a pagar, receitas e disponibilidade de caixa projetada
- Migração das juntadas dos protocolos físicos dos documentos contábeis até 2020 para o formato digital
- Tramitação 100% digital de todos os protocolos na Secretaria de Orçamento e Finanças, contendo notas fiscais emitidas pelas empresas terceirizadas, atestes, cartas de descontos, guias de ISS, Encargos trabalhistas das Resoluções CNJ nº 169/13 e nº 183/13, etc., gerando economia de tempo e maior eficiência operacional e ambiental
- Atendimento a 100% da demanda referente a reclamações trabalhistas junto a PGE – Procuradoria Geral do Estado dentro do prazo

Controle patrimonial

Ativo Imobilizado: (Bens Móveis)

Projetos em andamento referente à integração SIP/SIAFEM das incorporações por meio de compra (NLeqliq para materiais permanentes) e para incorporações extraorçamentárias (Doação, Levantamento e conferência, Cessão de Uso)

Ativo Imobilizado: (Bens Imóveis)

Evolução do controle do Sistema de Gerenciamento Predial (SGP) com possibilidade de se manter histórico, anexar documentos probatórios, registrar valores de reformas que aumentem seu valor patrimonial, calcular depreciação e emitir relatórios mais dinâmicos. Com a implantação do formulário SGI dentro do SGP, desde 2019 são realizados os registros contábeis dos imóveis

No período de apuração de set/20 a ago/21, houve decréscimo no percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida, de 5,31% (1º quadrimestre/21) para 5,19% (2º quadrimestre/21), tendo em vista o acréscimo na arrecadação da Receita do Estado, bem como os Planos de Contingenciamento do TJSP e a aprovação da Reforma da Previdência

Relatório de Gestão Fiscal

A partir do segundo quadrimestre de 2021, as despesas com indenizações de férias e licença prêmio de servidores e magistrados ativos passaram a integrar o cálculo para o índice da LRF, conforme orientação da Nota Técnica SEI nº 30805/2021/ME, do Ministério da Economia, que traz esclarecimentos acerca da apuração da despesa com pessoal em decorrência de alterações na legislação, a exemplo da Lei Complementar nº 178 de 2021

Embora essa alteração represente acréscimo no índice, este Tribunal conseguiu reverter o crescimento da LRF com os planos de contingenciamento, a aplicação da Lei nº 173/20, a Reforma da Previdência e o crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado, atingindo o patamar de 5,19% no segundo quadrimestre 2021



veja mais

Cartão Adiantamento

Implantação do cartão de pagamento de despesas sob o regime de adiantamento, na modalidade débito, propiciando mais transparência na utilização dos recursos, agilidade nas compras, segurança nas transações e automatização do retorno do saldo do adiantamento, no dia seguinte ao término do prazo de aplicação, além de controle dos gastos. Durante o projeto-piloto foram concedidos cartões para responsáveis pelos adiantamentos (interior e capital), devendo ser estendido aos demais responsáveis, gradativamente

Certidão de Tributos Mobiliários

Início do projeto de obtenção de CND – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais (Mobiliário e Imobiliário), na 1ª e 2ª RAJ's, a fim de viabilizar o levantamento e controle da situação fiscal do TJSP junto às prefeituras locais e a regularização de eventuais débitos municipais, por meio de coleta de informações junto às administrações prediais pelo aplicativo (Power Apps) e acompanhamento via painel gerencial – BI. Com isso, podem ser identificados e regularizados débitos tributários antes mesmo de o TJSP ser notificado, evitando-se inscrição em dívida ativa e/ou execuções fiscais indevidas

Informes de Rendimento EPM

Disponibilização de todos os informes de rendimento de prestadores de serviço da EPM/Ejus de forma eletrônica no portal do professor e do aluno

Restituição FED por formulário eletrônico

A restituição de valores do Fundo Especial de Despesa, que antes da pandemia era solicitada por formulário impresso, assinado e entregue na SOF, passou-se a aceitar por e-mail e, posteriormente houve a implantação do formulário eletrônico que permite a solicitação on-line e auxilia na alimentação automática das informações em bancos de dados da Secretaria

Disponibilização de dados de forma mais acessível

Em linha com as diretrizes do TJSP, as principais informações orçamentárias, financeiras e fiscais têm sido disponibilizadas em modelos web e mobile. Este ano, foram implantados nessas modalidades os painéis: Gerencial, Depósitos Judiciais, Relatório de Gestão Fiscal e Acompanhamento de Débitos Municipais

Integração e Conciliação no Provisionamento

Desenvolvidos mecanismos que fazem a integração do provisionamento diário de resgates para pagamentos do fundo associado à conciliação de todas as despesas já previamente liquidadas e à respectiva programação de desembolso efetuada para a mesma data

Webservice de Liquidação e pagamento (SAJ ADM)

No primeiro trimestre, iniciou-se a geração de notas de lançamento e programação de desembolsos no Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária de forma 100% digital, para a maioria dos documentos processados pela SOF, possibilitando a redução de riscos e otimização do processo

Projeto de Implantação do eSocial e EFD/REINF

No segundo semestre, foi iniciado o projeto para atendimento de obrigação acessória estabelecida pelo Decreto Federal 8373/14 e Portaria SEPRT/RFB nº 71/21 (eSocial) e pela IN RFB nº 2043/21 (EFD/REINF), que trata de envio de informações fiscais e previdenciárias para o Sistema Público de Escrituração digital, obrigatório para todos os entes públicos

Conversão da Verba distribuída às Comarcas do Interior para o Regime de Adiantamento

A verba distribuída às comarcas do interior do Grupo I – Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento, pertencentes às 1ª, 2ª, 3ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Regiões Administrativas Judiciárias, bem como das comarcas sede de todas as regiões, foi convertida para o regime de adiantamento, e estima-se até o final de 2021 a conversão para as demais RAJs (4ª, 5ª e 6ª RAJs)



Administração e Abastecimento

Projetos finalizados

Mapear o uso da verba de adiantamento

Iniciado em fevereiro de 2021, e com previsão inicial de duração de 5 meses, o projeto visou identificar e elaborar plano de ação para a redução do uso excepcional de aquisição. Finalizado o projeto com o estabelecimento de fluxo e periodicidade de monitoramento e início de tratativas de elaboração de ferramenta, pela SOF, para o controle do uso da verba para a aquisição de serviços

Status: Finalizado em 15/9 (CPA nº 2021/25800)

Plano de comunicação

Iniciado em março de 2021 e com previsão inicial de duração de 2 meses, o projeto visou centralizar informações estratégicas nas diferentes matérias desenvolvidas nas diretorias Saab, proporcionar a geração, a coleta, a divulgação, o armazenamento e a disposição final das informações dos projetos e desenvolver e aprimorar a cultura corporativa com eficiente comunicação interna

Status: Finalizado em 5/7 com a implantação efetiva do novo Portal da Administração (CPA nº 2021/26221)

Sistema de controle ISS-SOF

Iniciado em abril de 2021 e com previsão inicial de duração de 2 meses, o projeto objetivou elaborar ferramenta para a SOF controlar, por meio de certidão emitida via sistema pelas prefeituras locais, a situação dos prédios ocupados pelo TJSP; obter regularização dos débitos pendentes e/ou a vencer; e obter previsibilidade (estimativa) das despesas futuras com taxas e controlar os prazos. A ferramenta foi criada e implantada, sendo alimentada pelas administrações prediais

Status: Finalizado em 20/7 (CPA nº 2021/50386)



Projetos em andamento

AVCB

Iniciado em março de 2021 e com previsão inicial de duração de 5 anos, o projeto visa aprimorar o controle do quantitativo de prédios que possuem o AVCB/CLCB, bem como acompanhar o andamento das tratativas para a obtenção e/ou renovação desses documentos, prestar auxílio e orientação inicial aos administradores locais e manter a Gestão atualizada sobre a evolução das condições de segurança

Status: Em andamento – 39% dos prédios com AVCB regular (CPA nº 2021/22761)



veja mais

Digitalização dos processos físicos Saab

Iniciado em fevereiro de 2021 e com previsão inicial de duração de 9 meses, o projeto busca digitalizar, em 2021, 100% dos processos físicos instaurados nas diretorias e no Grupo de Pregoeiros e Licitação, para tramitação virtual em todos os setores do Tribunal de Justiça e consulta integral dos atos do processo pelo Sistema SAJADM-CPA; atingir mais celeridade no compartilhamento de informações processuais entre os vários setores do TJSP e público externo (Princípio da Publicidade dos Atos), proporcionar mais transparência nos atos administrativos (Princípio da Transparência) e executar trabalhos contínuos, em expediente presencial e/ou virtual

Status: Em andamento – 90% dos processos físicos digitalizados (CPA nº 2021/16604)

Caderno técnico para contratação de empresa para fornecimento de água mineral em garrafão de 10/20 litros – Raj's

Iniciado em abril de 2021 e com previsão inicial de duração de 3 meses, o projeto avaliará o melhor modelo de contratação para abastecimento das unidades para substituir o uso da verba de adiantamento com possível redução no custo com o fornecimento de água e melhoria no gerenciamento e padronização no fornecimento

Status: 90% Concluído (CPA nº 2021/37368)



veja mais

Caderno técnico para contratação de empresa para fornecimento de lâmpadas para atendimento a todas as unidades pertencentes às regiões administrativas judiciárias

Iniciado em abril de 2021 e com previsão inicial de duração de 3 meses, o projeto pretende avaliar o melhor modelo de contratação para abastecimento das unidades para minimizar a utilização de verbas de adiantamento para reposição nos prédios, eficiência na aquisição e distribuição de materiais, melhoria na gestão, redução no consumo de lâmpadas, redução do consumo de energia elétrica, redução nas despesas, selo de sustentabilidade na área de eficiência energética

Status: 90% concluído (CPA nº 2021/44653)

Acessibilidade

Iniciado em abril de 2021 e com previsão inicial de duração de 10 anos, o projeto visa realizar o levantamento das condições de acessibilidade dos prédios ocupados pelo TJSP de forma a auxiliar a Gestão na definição das estratégias e medidas necessárias para garantir as condições de acessibilidade em 100% dos prédios, gerenciar junto aos envolvidos a adequação dos imóveis com acessibilidade inadequada e atender à determinação do CNJ (CPA 2020/93134) de adequação de todos os prédios, independentemente do status, se próprio, cedido ou locado

Status: Em andamento – 48% dos prédios com acessibilidade (CPA nº 2021/41015)

Cartão manutenção

Iniciado em dezembro de 2020 e com previsão inicial de duração de 36 meses, o projeto oferecerá serviço de manutenção veicular para todas as unidades que possuam veículos alocados com registro informatizado e maior controle de gastos com manutenção da frota

Status: Em andamento – 65% concluído (CPA nº 2021/44653)



veja mais

Banco de soluções

Iniciado em maio de 2021 e com previsão inicial de duração de 4 meses, o projeto visa criar e manter banco de soluções, permanente e atualizado, contendo “cases” relevantes (informações e processos) instaurados na Secretaria de Administração e Abastecimento, a utilização de aplicativo específico, para inserção e consulta de informes, de forma prática, célere e com transparência dos atos e a adoção permanente de consulta de dispositivo contendo histórico de processos análogos

Status: 95% concluído (CPA nº 2021/52715)

Manutenção de subestações de energia

Iniciado em janeiro de 2021 e com previsão inicial de duração de 12 meses, o projeto realizará o levantamento das instalações elétricas que atendem os prédios dos fóruns nas comarcas do Estado, para identificar aqueles em média tensão, visando à contratação de manutenção do posto de transformação de energia de 13.800 V para 220/127 V, antecipando eventual demanda local e propiciando a contratação de manutenção para todos os prédios atendidos em média tensão, bem como os prédios da capital com entrada subterrânea de energia que demandam contratação específica

Status: Em andamento – 50% concluído (CPA nº 2021/61470)



veja mais

Implantação do plano anual de contratações

Iniciado em maio de 2021 e com previsão inicial de duração de 7 meses, o projeto tem por objetivo aprimorar o planejamento das contratações e, por consequência, a forma da consolidação da Proposta Orçamentária Setorial (POS), além de dar cumprimento à Resolução nº 347/20 e à Lei nº 14.133/20

Status: Em andamento – 55% concluído (CPA nº 2021/52228)

Redução da despesa com aluguel em 20%

Iniciado em junho de 2021 e com previsão inicial de duração de 5 anos, o projeto visa reduzir as despesas com aluguel em pelo menos 20%

Status: Em andamento (CPA nº 2021/33013)

Aplicação da Lei 14.133/2021

Iniciado em julho de 2021 e com previsão inicial de duração de 20 meses, tem por objetivo apresentação de proposta de normativo para adequar à Lei n. 14.133/21 o processo de compra e contratação do Tribunal de Justiça, fomentar e subsidiar projeto de capacitação dos servidores quanto à nova legislação, assim como de adequação dos sistemas internos à nova legislação

Status: Em andamento – 7% concluído (CPA nº 2021/77072)

Implantação da gestão de riscos nas contratações

Iniciado em maio de 2021 e com previsão inicial de duração de 7 meses, o projeto tem por objetivo aprimorar os sistemas de controles internos das contratações, aprimorar o planejamento das contratações, adotar banco de riscos para consulta e dar cumprimento à Resolução CNJ nº 347/20, à nova Lei de Licitações e Contratos (14.133/21) e à determinação de implantação da gestão de riscos oriunda da inspeção do CNJ nº 0006643-37.2019.2.00.0000.

Status: Em andamento – 10% concluído (CPA nº 2021/62032)

Facilities

Iniciado em fevereiro de 2021 e com previsão inicial de duração de 5 anos, o projeto tem por objetivo implantação de Facilities em 50% dos prédios do TJSP até 2025

Status: Em andamento – 2 prédios até o momento com serviços de Facilities implantados (piloto) – novas contratações em planejamento (CPA nº 2021/46685)

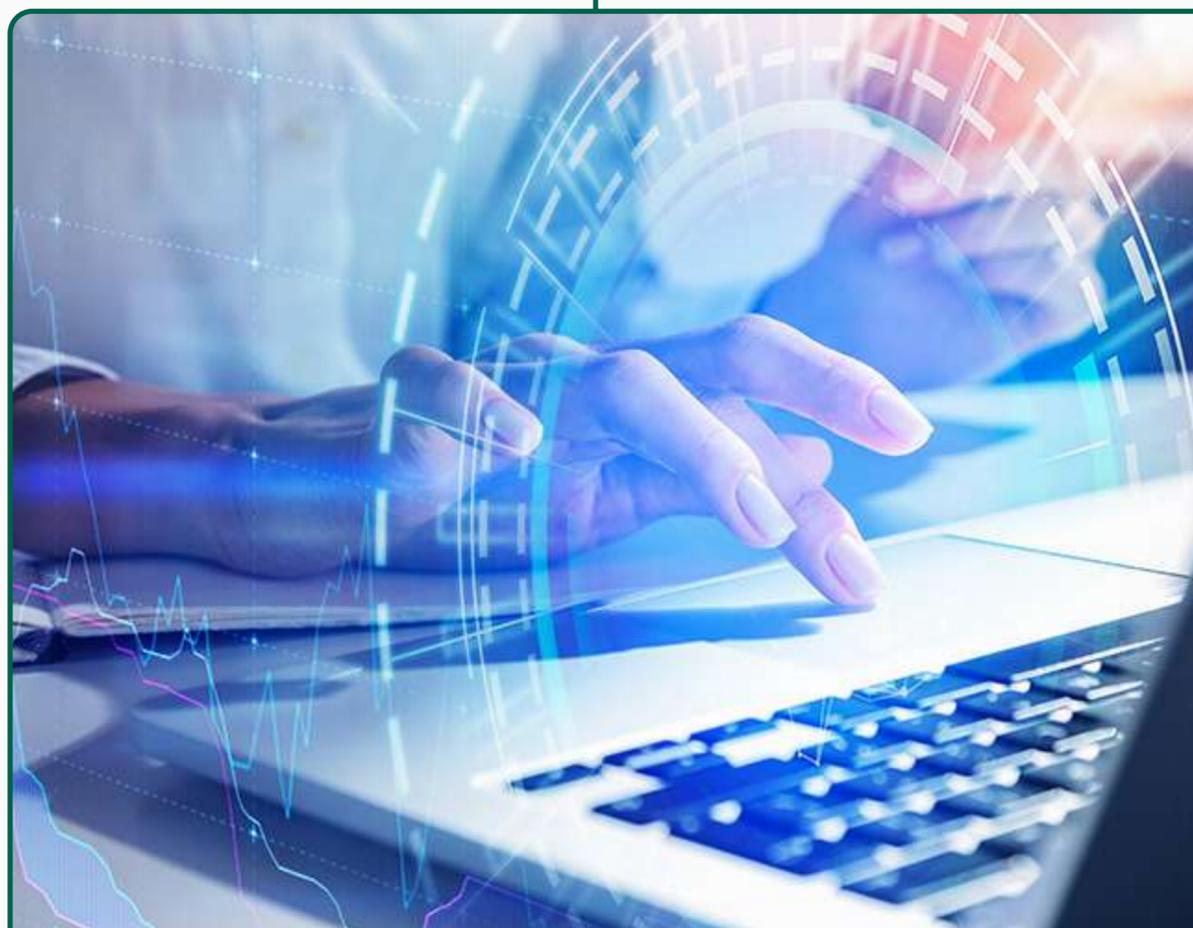
TJSP infrapredial

Iniciado em junho de 2021 e com previsão inicial de duração de 4 meses, o projeto tem por objetivo elaborar ferramenta para coleta de dados sobre equipamentos prediais e serviços de manutenção; controle da situação dos equipamentos dos prédios ocupados pelo TJSP e regularização de contratos de serviços de manutenção

Status: Em andamento – 80% concluído (CPA nº 2021/95740)



veja mais



Tecnologia

Em um biênio marcado pela pandemia, a Secretaria de Tecnologia da Informação foi um dos principais pilares de sustentação da continuidade da prestação jurisdicional em todo o Estado. Em 2021, durante o regime de trabalho remoto e no retorno presencial gradual, atendeu a mais de 376 mil chamados de suporte aos usuários dos sistemas TJSP, ao mesmo tempo que administrou um portfólio de quase 200 projetos, entre concluídos e em andamento. Novas funcionalidades, melhorias em sistemas e aplicativos, contratações de datacenter na nuvem. O rol de prestação de serviços é amplo, variado e contempla todos os públicos – magistrados, servidores, demais operadores do sistema de Justiça e cidadãos –, com vistas a proporcionar a segurança e a disponibilidade necessárias para a efetivação da Justiça próxima do cidadão



Projetos 100% concluídos

PROJETOS

PROJETOS	INÍCIO	DESCRIÇÃO
Publicação Automática - 1º Grau	2021	Geração manual e automatizada das relações de intimação de advogados e partes
Legal Search Engine - 1º Grau	2021	Otimização em consultas realizadas no gerenciador de arquivos do sistema SAJ/PG5
BNMP - Módulo Assinatura Individual	2021	Assinatura individual para o BNMP em substituição à assinatura corporativa
Módulo de migração SIVEC x SAJ	2021	Nova versão do módulo de migração SIVEC x SAJ em unidade piloto da Capital
Nome Social - 2º Grau	2021	Inclusão de campo no sistema SAJ/PG e no Portal e-SAJ para cadastro do nome social utilizado por partes, advogados e terceiros, prevista nos decretos da Presidência da República nº 8727/16 e do Governo do Estado de São Paulo nº 55588/10
Integração TJSP x TRF3 (Fase 1)	2021	Remessa automatizada de processos digitais de competência delegada estadual para apreciação de recursos pelo Tribunal Regional Federal - 3ª Região
Citação e intimação eletrônica da Fazenda Nacional	2021	Intimação eletrônica da Fazenda Nacional, pelo Portal e-SAJ, nos processos em que é parte ou interessada
Citação e intimação eletrônica da União Federal	2021	Intimação eletrônica da União Federal, pelo Portal e-SAJ, nos processos em que é parte ou interessada
Integração TJSP x Defensoria Pública do Estado de São Paulo	2021	Ambiente de integração para troca de informações processuais de competências diversas
Desenvolvimento de Sistema para o Prêmio #Rompa	2021	O Prêmio #Rompa TJSP/Apamagis tem por objetivo identificar e disseminar e estimular práticas bem-sucedidas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres
Criação Módulo de Solicitação de Abono Pecuniário - Portal Sema	2021	Adequação do sistema conforme ajuste do regramento normativo pela Resolução CNJ nº 293/2019
Integração Selo Digital e PEX	2021	Criação de serviço para consumo do Portal Extrajudicial, visando a obtenção dos dados dos selos enviados pelas serventias, para a geração de guias de pagamentos dos valores devidos ao TJSP
Sistema de visita monitorada on-line	2021	Programa de agendamento on-line das visitas monitoradas ao Palácio da Justiça e ao Museu TJSP
Envio dos dados de movimentação - ALX (Materiais de Consumo)	2019	Integração com Sefaz para geração automática NLEMLIQ para envio dos dados de movimentação e notas fiscais dos materiais e reconhecimento dos estoques
Ata de Registro de Preço – ALX	2019	Criação de fluxo para o controle das solicitações de fornecimento das Atas de Registro de Preço
AF e prazo	2020	Inclusão da AF e prazo para entrega do Pedido de Parcela
Envio dos dados de movimentação - ALX Etapa 2	2021	Melhorias na integração com Sefaz para geração automática NLEMLIQ para envio dos dados de movimentação e notas fiscais dos materiais e reconhecimento dos estoques

Melhoria do módulo de Processo Eletrônico de Posse - Interior	2019	Envio dos documentos pelo próprio candidato, com a validação feita pelas comarcas e SGP. Os documentos ficam disponíveis no Apenso próprio do servidor no prontuário eletrônico
Projeto de BI - EJUS3 - Estatísticas	2020	Projeto com a finalidade de extrair estatísticas e indicadores do conjunto de dados da base sistêmica SIGE. O objetivo é apoiar a Escola Paulista de Magistratura com painéis e cruzamento de dados que possibilitem agilidade na tomada de decisões.
Projeto de BI - EPM - Financeiro	2020	Projeto com a finalidade de extrair estatísticas e indicadores do conjunto de dados da base sistêmica SIGE. O objetivo é apoiar a Escola Paulista de Magistratura com painéis e cruzamento de dados que possibilitem agilidade na tomada de decisões.
Projeto de BI - Contratos	2020	Extração de estatísticas e indicadores do conjunto de dados da base sistêmica SAJAM/Contratos para as áreas de negócio SOF, Saab e STI
Frequência Desktop	2020	Desenvolvimento de módulo destinado ao registro de ponto pelos servidores do TJSP como alternativa ao uso dos relógios de ponto biométrico
Licença Prêmio	2019	Módulo de gestão do benefício de licença prêmio dos servidores, em substituição ao Millenium
Reformulação da página de produtividade de 1º e 2º Graus	2021	Os dados da produtividade de 1º e 2º são publicados mensalmente no Portal do TJSP
Sistema Jurados - Controle de Jurados	2021	Migração do sistema Jurados da 1ª Vara do Júri, do SharePoint Foundation para o SharePoint On-Line
Assistência à Saúde Suplementar - Comprovação Semestral	2020	Módulo que permite o gerenciamento dos protocolos de ressarcimento parcial de despesas com planos privados de assistência à saúde médica e/ou odontológica, conforme Resolução nº 844/20
Emissão de certidões de concorrência pública - PEX	2018	Funcionalidades que permitem ao público externo solicitar e emitir certidões pela internet, com gerenciamento de modelos de certidões pelo TJSP
Programa Novo App TJSP Mobile 2021	2020	Modernização e novas funcionalidades para o aplicativo do TJSP
Criação de Balcão Virtual	2021	Ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento de cada unidade judiciária
Módulo NatJus (Fase 2)	2019	Módulo de repositório para notas técnicas da equipe NatJus
Teletrabalho	2021	Empréstimos de equipamentos de TI do TJSP a servidores em Home Office
SUM Security Monthly Quality Rollup	2021	Alteração do processo SUM dos servidores, adotando a distribuição updates cumulativos em detrimento de updates Security Only
Escritório de Projetos STI - Plataforma MePro	2020	Criação de fluxos de trabalho e formulários para implantação do Escritório de Projetos da STI
Digitalização de Processos em andamento	2020	Contratação de Serviço de digitalização
Gestão de Conhecimento	2020	Implantar metodologia padrão para gerenciar artigos de conhecimento sob a governança da Política de Gestão do Conhecimento, concentrando o material produzido no site Gestão do Conhecimento da STI
Mapeamento e Modelagem	2021	Executar o mapeamento e a modelagem de processos de desenvolvimento de sistemas
Plano de ação - Resolução CNJ nº 370	2021	Elaborar e monitorar o plano de Trabalho do Programa Estratégico Nacional de TI do Judiciário



Projetos em andamento

Projeto	Início	Concluído (%)
Certidão eletrônica - 2º grau	9/11/18	99
Integração TJSP x AASP - 1º grau	7/8/19	99
Portal de intimação eletrônica - MP - 2º grau	21/9/15	99
Projeto de pesquisa de IA - TJSP x USP - Ano 1	1/8/20	99
Publicação automática - 1º grau	1/6/14	99
Tramitação de processo híbrido - 1º grau	1/9/20	98
Tramitação de processo híbrido - 2º grau	1/9/20	98
Integração TJSP x Ministério Público - 1º grau	12/4/18	97
Integração TJSP x Fazenda do Estado – Inclusão de Devedor Solidário - 1º grau	8/6/20	96
Integração TJSP x Justiça Federal - 1º grau	17/1/20	95
Integração TJSP x TRF3 - 1º grau (fase 2)	15/2/19	94
Melhorias no módulo gerencial de gabinetes	1/10/20	94
Carta precatória eletrônica - 1º grau	1/6/17	93
Integração TJSP x Correios (e-Carta) - 1º grau	1/12/16	89
Módulo adolescente em conflito com a lei - 1º grau	1/2/18	89
Pagamento de precatórios pela DEPRE diretamente aos beneficiários	17/2/20	89
Resolução CNJ 333-2020 - espaço estatística TJSP	21/9/20	88
Integração TJSP x TRE-SP	1/8/16	87
Robotização - 1º grau - ciclo 2021-2	1/4/21	87
Envio de publicações ao DJEN - 1º grau	1/9/20	85
Integração TJSP x Fazenda do Estado – Cancelamento de Inscrição em Dívida Ativa - 1º grau	5/5/20	78
Estudo automático de prevenção - 2º grau	30/4/12	75
MNI 30 - 2º Grau	8/2/19	75
Integração TJSP x Banco Pan - 1º grau	16/8/19	73
Integração TJSP x Banco Safra - 1º grau	1/8/19	73
Integração TJSP x Banco Santander - 1º grau	16/7/19	73
Integração TJSP x Banco do Brasil - 1º grau	18/9/19	72
Integração TJSP x AB2L	3/11/20	70
Integração TJSP x Banco Bradesco - 1º grau	27/5/20	65
Portaria CNJ 160-2020 - DATAJUD - 1º grau	9/9/20	65
Portaria CNJ 160-2020 - DATAJUD - 2º grau	9/9/20	65

Envio de publicações ao DJEN - 2º grau	1/9/20	61
Integração TJSP x TRF3 - 2º grau	8/6/20	58
Robotização - 1º grau - ciclo 2021-3	1/7/21	57
Lei anti-crime	8/5/20	54
Integração TJSP x SISBAJUD	20/8/20	47
SAJ Insights - 1º grau	1/1/21	41
Citação eletrônica - grandes e médias empresas - 1º grau	7/7/20	40
Tornar obrigatória a inserção de CPF e CNPJ no peticionamento por integração	2/10/19	40
Recomendação CNJ 74-2020 - Política de dados abertos - 1º Grau	23/10/20	39
Recomendação CNJ 74-2020 - Política de dados abertos - 2º Grau	23/10/20	19
Integração TJSP x Tribunal de Justiça Militar	28/9/20	16
MNI 30 - 1º Grau	18/3/21	14
SAJ Insights - 2º grau	1/9/20	14
Ambiente de integração - Precatórios	26/1/21	9
Integração TJSP x Plataforma Consumidorgovbr	7/7/20	8
Gerenciamento de Funções	11/5/20	97
Desenvolvimento do Módulo Gerador de Organogramas	24/10/16	95
Migração do Sistema SIGE (EPM - EJUS)	18/11/19	95
Informatização do controle de vagas dos cargos em comissão	7/12/18	95
Implantação do novo Módulo de Avaliação de Desempenho	6/8/19	95
Implantação do Módulo de Assistentes Judiciários	1/8/17	95
ETL - SAMAGIS	6/4/21	95
Informatização do Gerenciamento de Unidades Administrativas	1/3/21	95
Projeto Controle de Mandados Pagos no 1º grau	23/11/20	94
Novo conceito CPA - Etapa 1 - Sigilo	1/2/20	91
Incorporação de Décimos de Cargo	18/11/19	90
Módulo de Aposentadoria	18/9/21	90
Integração entre o sistema de Selo Digital e Sistema PEX	18/1/21	90
Atualização do Sistema VW Ponto	18/1/21	90
Implantação de Sistema de Gestão de Estágio Probatório	28/4/20	90
Projeto de BI - Audesp	20/7/20	85
Implementação da concessão das gratificações GR-UPJ e GAE	27/1/21	85
Apoio Folha de Pagamento - Créditos-Passivo (PAE)	27/11/18	85
Integração SPD x SCL X SGF x ALX Geração de AF (Autorização de Fornecimento)	4/5/20	84

Apoio Folha SGP	18/11/19	83
Folha de Pagamento SGP	1/8/21	83
Reformulação do Módulo de adicional de qualificação	2/8/19	75
Integração entre os sistemas e melhoria na elaboração da Proposta Orçamentária - POS	18/11/19	73
Desenvolvimento do Sistema do envio Atas de Correição Virtual	15/11/20	70
Projeto de BI - MovJud - Módulo Processos Concluídos	10/2/21	70
Projeto de BI - MovJud - Módulo Auxílio Sentenças	15/3/21	70
Expansão Sistema de Jurados	7/7/21	70
Melhoria na usabilidade sistema SCL	18/11/19	70
Portal RH	1/3/20	70
Adequação de formulários para atendimento demandas SIC	3/3/21	69
(Adequação do Sistema SIP) Adequação para entrega direta de materiais permanentes nas administrações prediais	8/3/19	68
Funcionalidade de Avaliação de Deficiência - Módulo Perícias Médicas	18/11/19	66
Auxiliares da Justiça	31/1/20	63
Programa Certificados Digitais 2021	24/2/20	61
Integração SCL X SGF X SPD 1 fase Contratos de materiais e 2 Fase Contratos de Serviços e Facilities	10/8/20	61
Criação de Bot para atendimento dos Servidores sobre Aposentadoria	1/3/21	60
Regularização de guias no sistema PEX	9/10/20	60
Integração com SEFAZ via webservice SGF - Etapa 2	21/6/21	60
Arrendamento de imóvel de estrangeiro no sistema PEX	23/7/19	55
Turmas Especiais - Peças Processuais (SP)	10/2/20	50
Informatização do controle de vagas de estagiários	17/9/18	50
Projeto de BI - SGP - Base	18/11/19	45
Portal SEMA - Melhorias	31/1/20	45
Módulo de Férias	7/4/21	45
Integração com a SEFAZ via webservice para envio dos dados de materiais permanentes - SIP	12/4/19	40
Projeto de BI - SAAB - Licitações	18/11/19	40
Holos - Fluxos Genéricos e Especialização de Fluxos	18/11/19	40
Desenvolvimento de Sistema de integração de Barramento único	4/1/21	39
Projeto de BI - SOF - Receitas	18/11/19	38
Novo Portal de Internet 2021	1/10/20	33
Substituição de Sistemas Legados	3/6/19	30
Folha de Pagamento SEMA	17/3/20	28
Funcionalidade de Isenção de Tributos – Módulo Perícias Médicas	9/2/19	25
Funcionalidade para controlar a gestão de pautas CSM - CPA	18/11/19	24
Solicitação de Fornecimento materiais da rede suprimentos - SPD	30/4/20	20

Extração de dados Extrajudiciais para envio Receita Federal - PEX	28/10/21	20
Integração eSocial	5/10/16	20
Projeto de BI - EPM - Diretoria	15/9/20	15
Funcionalidade de Perícia de Posse - Módulo Perícias Médicas	1/6/20	10
Incorporação de Gratificações	18/11/19	5
EFD-REINF	9/8/21	5
Atendimento a Portaria 9924-2020 - Patrimônio - SIP	22/1/21	4
Senhas Texto Claro	19/2/21	92
Aquisição de Equipamentos Servidores	16/2/21	86
Aquisição de Storages	16/2/21	86
Aquisição dos Ativos de Redes dos Datacenters	9/3/21	82
Serviço de Comunicação de Dados Via Rede Móvel 4G	27/5/21	80
Aplicar GPO nos servidores mais críticos do TJSP - Applocker	19/2/21	77
Renovação de licenciamento de Hypervisor	16/2/21	73
Gestão Logs Segurança	19/2/21	71
Migração Sistema Operacional Obsoletos	19/2/21	71
Plataforma de Acesso a Internet Segura	19/2/21	71
Links de Acesso à Internet	17/2/21	67
Aceleração de Link e Virtualização de Servidores SSDS	15/2/21	65
Adaptação da Sala Cofre do Forum Ministro Mário Guimarães	16/2/21	53
Monitoração Global do Ambiente de TI	27/5/21	40
Interligação dos Datacenters	27/5/21	39
Renovação de Licenciamento de Balanceadores	16/2/21	32
Gestão de Configuração Linux	19/2/21	30
Aquisição de Solução de Backup	1/2/21	24
Aquisição de Solução de Virtualização de Dados	16/2/21	24
Uso de Gestão de Vulnerabilidade Desde o Desenvolvimento	19/2/21	15
VRF Convênios - Segregação da rede de convênios	19/2/21	11
Plano de Capacitação 2021	11/1/21	84
Implantação da Gestão por Competências	5/10/20	47
Gestão de Catálogo de Serviços	11/1/21	38
Aquisição de equipamentos para gravação de teleaudiências	7/1/20	62
Outsourcing de impressão	1/3/18	56
Contratação de rede lógica e elétrica (GPON)	9/2/21	49
Implantação do Novo Help Desk	1/1/21	42
Aquisição de novos computadores	1/4/21	10
Implantação do Chatbot	1/1/21	9



Gestão de Pessoas

A atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas pautou-se pela continuidade das ações relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, especialmente na área da Saúde, com a estruturação do atendimento médico remoto para servidores e magistrados e a realização de juntas médicas por telemedicina, além do desenvolvimento e implementação do aplicativo de frequência remota e da capacitação dos servidores

Projeto Sinapsys

Continuação do mapeamento e padronização dos fluxos e procedimentos de trabalho da SGP, iniciado no ano anterior, por meio de ferramentas para a formalização da base de conhecimento processual das unidades, com vistas a avaliar a existência de eventuais gargalos e retrabalhos e à proposição de alternativas que permitam maior celeridade processual, qualidade, monitoramento e controle, além da elaboração de manuais de capacitação para as unidades e construção de banco de dados

Resultado: 809 procedimentos mapeados em 2021 (totalizando 1.620 no biênio)



GPS-SGP

Ferramenta de busca dos principais serviços da SGP, disponível na intranet, oferece cerca de 300 orientações, entre instruções completas sobre o serviço, pré-atendimentos ou contato da unidade responsável, simplificando a busca de informações pelos servidores. As consultas podem ser compartilhadas por e-mail com outras pessoas

Resultado: lançada em março, até setembro/21 recebeu 14.000 acessos

Indicadores de Desempenho

Com base na Carta de Serviços e na Estrutura Organizacional da SGP, os Indicadores de Desempenho atuam como ferramentas de gestão de monitoramento contínuo das diretorias para auxiliar a identificação de tendências e a necessidade de ações ou correções estratégicas. Adicionalmente foi desenvolvido o organograma digital

Estrutura da Secretaria

A SGP teve sua reestruturação publicada no DJE em 13/1, por meio da Portaria nº 9.934/21. Atualmente é composta por cinco diretorias, responsáveis pelo bom desempenho de toda a equipe de servidores do TJSP

Teletrabalho

A Secretaria participou da elaboração da Resolução nº 850/21, que regulamenta o trabalho remoto, publicada no DJE em 15/4, e atua na operacionalização para a entrada em vigor após o término do regime de trabalho escalonado

Adaptação dos fluxos dos procedimentos de trabalho no Sistema Hólos (em andamento)

- Inscrição e cancelamento de agregados no Iamspe
- Posses dos Assistentes de 1ª e 2ª instâncias
- Concursos – cumprimento de decisão judicial
- Solicitação de servidores
- Cessão de funcionários

Posse digital

O sistema de posse digital abrange atualmente todas as posses de cargos efetivos na Capital e no Interior, o que inclui a monitoração remota da documentação e permite restringir os procedimentos presenciais à apresentação da documentação para conferência com o original e ao ato de posse e início do exercício

Posses de cargos comissionados são realizadas por e-mail, enquanto não está disponível sistema específico. Os atos de posse são presenciais apenas nos casos dos servidores que não possuem certificado digital em validade

Procedimentos de Obrigação de Fazer

Fluxo que proporciona maior celeridade processual e redução de custos por meio do desempenho de atividades simultâneas para cumprimento dos procedimentos de Obrigação de Fazer, com o recebimento de 2.194 expedientes para cumprimento

Serviço voluntário

Programa normatizado pela Resolução nº 841/20, alterada pela Resolução nº 851/21, disponível no Portal do Serviço Voluntário (tjsp.jus.br/ServicoVoluntario). Até setembro, ativos 33 voluntários prestam serviços em unidades do TJSP

Lotação Paradigma

- Painéis da SGP em PowerBI (resoluções do CNJ e indicadores da secretaria) – em andamento
- Definição da metodologia e aplicação dos cálculos de lotação

Assistentes Jurídicos

Módulo de Substituição Eventual

Concursos

- Escrevente Técnico Judiciário: abertura para todo o Estado (DJE de 29/7)
- Assistente Social e Psicólogo Judiciários: abertura para todo o Estado (DJE 10/11)

Nomeações

Retomadas as de escreventes técnicos judiciários e contadores

Convênios

Prorrogação de convênio para cessão de servidores pelas municipalidades do interior sem ônus para o TJSP e realização de 13 novos convênios com prefeituras. No total, 19 convênios

Projetos de TI

Aplicativo frequência Desktop

Implantado em julho, possibilita o registro de frequência dos servidores, inclusive com relação à participação nos plantões judiciários e eventuais serviços extraordinários

Resultado: Agilidade do cômputo das horas de compensação e processamento das solicitações de indenização desses dias. Permite a contagem das horas prestadas em plantões de 2º grau, possibilitando pedidos de indenização por meio de sistema eletrônico. Atualmente em andamento para melhorias

Chatbot

Piloto com a ferramenta "Power Virtual Agents" para assuntos relacionados à aposentadoria. Após testes e melhorias, o Chatbot deve ser ampliado para outros assuntos tratados pela SGP

Reinclusão de contribuintes ao Iamspe

Em cumprimento à Lei nº 17.293/20, foi desenvolvido fluxo no Sistema Hólos, possibilitando aos servidores apresentarem solicitações para a reinclusão de contribuintes junto ao Iamspe



Projetos de TI (em andamento)

- Sistema para emissão de cédula funcional digital, em fase de testes
- Sistema para substituir o Fundisp, com realização da primeira apresentação
- Módulo de Indicação e Processamento Digitais dos Assistentes Judiciários, em fase de desenvolvimento do sistema
- Banco de Dados (DSPA)

reformulação do banco de dados para registro de informações a partir da instauração de processo administrativo de servidor do TJSP, em fase de desenvolvimento e testes

- Módulo Organograma (em fase de ajustes)

Desenvolvimento de módulo para cadastro das estruturas organizacionais, propiciando o desenho de organogramas novos ou pré-existentes, por meio de dados integrados com o SHF (sistema de cadastro de servidores e suas respectivas movimentações)

- Plataforma de controle de estagiários

Sistema para controle de ativos e vagas destinadas/reservadas para fins de encaminhamento de dados ao eSocial de estagiários remunerados e não remunerados.

Em fase de finalização das telas para homologação, com relação a estagiários remunerados e apresentação de proposta de plataforma referente a estagiários não remunerados

Novas Licitações

- Empresa fornecedora de crachás: em fase de publicação do edital do pregão
- Contrato de Estagiários: assinados contratos nº 108/21 e nº 107/21 com a empresa Capacitação Inserção e Desenvolvimento (Cide), vencedora do pregão eletrônico nº 65/21 e nº 68/21, para seleção, recrutamento e acompanhamento dos estagiários de nível médio e de nível superior
- Elaboração e emissão mensal de Relatórios Gerenciais e Transparência, como Realizado, Controle de Despesas, BI, Audesp (Tribunal de Contas) e CNJ (Anexo VIII da Res. 102/09)
- 9.723 portarias e apostilas de concessão e incorporação de gratificações
- 745 apostilas e planilhas de contagem de incorporação de décimos de cargo com base na LC nº 924/02
- 990 apostilas de Obrigação de Fazer com elaboração de 2.564 planilhas para subsídio de conta de liquidação
- Realização de estimativas e projeções financeiras para os planos de contingenciamento do TJSP
- Retomada de Desenvolvimento do Módulo de Concessão de Gratificações – automatização dos processos
- Implantação das novas alíquotas e base de cálculo do Iamspe nos termos da Lei nº 17.293/20, para titular, beneficiário e agregado
- Implantação da margem adicional de 5% exclusivamente para Cartão de Crédito Consignado, nos termos da Lei Federal nº 14.131/21
- Implantação da Progressão/Promoção de Grau de 2020
- Pagamento dos atrasados da Progressão/Promoção de Grau 2014 do período de julho/14 a agosto/16

Tipo de Cálculo

Quantidade

Indenização de Férias, Licença Prêmio e Dias de Compensação	277.919
Remuneração de Terço de Férias	16.429
Serviço Extraordinário e Plantão	4.816
Substituição	9.894
Ações Judiciais	18.753
Aposentadoria	2.357
Gratificações e Incorporações	442
Ingressos	236
Designação/Nomeação/Cessação/Ex. - Comissão	2.074
Acertos/contribuições/vantagens	29.284

Reforma Previdenciária

Implantado o Módulo de Aposentadoria, desenvolvido pela STI de acordo com a regras vigentes após a Reforma da Previdência. Fase de testes, ajustes e desenvolvimento de novas funcionalidades, entre as quais, montagem e autuação do processo de apreciação de aposentadoria para auditoria do Tribunal de Contas do Estado

Credenciamento de Bancos e Recadastramento de aposentados

Levantamento de requisitos e testes de telas e ajustes no sistema de credenciamento dos bancos. Foram realinhados cronogramas para recadastramento (prova de vida) dos servidores aposentados, implantado desde janeiro/21. Em fase de ajustes e melhorias do sistema

Plantão Judiciário do recesso de final de ano

Priorização dos pagamentos dos dias de compensação nos plantões judiciais do recesso de fim de ano de 2020/2021 e 2021/2022. Para os plantões do recesso próximo, autorizada e divulgada a priorização do pagamento, como forma de incentivo à participação dos servidores. Em andamento até fevereiro/22

Desocupação do 6º andar do Prédio do Centro Administrativo da Consolação

Organização de desarquivamento, transporte e posterior arquivamento de 17.013 caixas de arquivo e 41.609 prontuários contendo apensos de servidores ativos, os quais foram transferidos para o prédio do Tatuapé

Convênios Educacionais

Transição do modelo de acordo de cooperação com as instituições educacionais para o modelo de credenciamento, por meio de chamamento público, tornando o processo mais eficaz e transparente

Estenotipia

Apoio técnico aos recursos de legendagem, incluindo treinamento do pessoal interno, elaboração dos termos de referência para aquisição de bens e serviços, apoio às audiências/palestras com o uso da estenotipia em tempo real (*closedcaption*), totalizando 87.071 laudas em 2.965 audiências

Gestão da Avaliação de Desempenho

Remodelagem da Avaliação de Desempenho dos servidores, com implementação de ferramentas, tais como, acordo de desempenho, matriz de competências e instrumento de feedback. Diante do cenário de pandemia, o processo de avaliação de desempenho teve início excepcionalmente em outubro, com previsão de homologação para janeiro/21. Em desenvolvimento, projeto de avaliação especial de desempenho para fins de estágio probatório, cujos objetivos são conferir estabilidade ou subsidiar o processo de exoneração do servidor. Ambos os sistemas estão em fase de homologação para utilização na próxima avaliação

Números de 2021

- 934 certidões de tempo de contribuição e outros
- 611 consultas submetidas para decisão da Presidência
- 373 auxílios-creche
- 1886 adicionais de qualificação
- Processamento de 91.684 pedidos de férias e 3.287 licenças-prêmio, gozo ou indenização, além de 10.528 solicitações de indenização de dias de compensação
- 1.396 inclusões de tempo de serviço e 402 revisões de inclusão, 850 solicitações para prestação de serviços extraordinários
- 18 adicionais por tempo de serviço (quinquênio) e 9 concessões de licença-prêmio (requisitos preenchidos antes da vedação da Lei 173/20)
- Progressões de Grau/Promoções: 31.471 referentes a 2019 (publicação janeiro/21) e 35.147 referentes a 2020 (publicação agosto/21)
- 573 alterações Nível I para Nível II – Cargos em Comissão
- 460 abonos de permanência
- 613 aposentadorias
- 2.707 previsões de aposentadoria
- 1.453 ações judiciais cumpridas
- 2.499 ofícios e memorandos

Novos Cursos

Curso Prático de Libras - capacitação em noções básicas de Língua Brasileira de Sinais

Audiência Virtual e Sessão de Julgamento Remota - habilitação para uso do "Teams" no trabalho remoto: audiências e sessões de julgamento

Gestão do Tempo - apresentação de ferramentas práticas e conceitos visando melhorar a capacidade do aluno de gerir seu tempo

Gestão da Unidade - preparação em conceitos de administração, planejamento e ferramentas objetivando a gestão eficaz da unidade administrativa ou judiciária

Capacitação

Cursos de capacitação em diversos temas, totalizando 90.956 inscritos e 47.446 certificados emitidos, com satisfação média de 98% dos alunos



veja mais

Projeto Novo Olhar

Reinserção de servidores em novos postos de trabalho, pelo período de experiência de 90 dias, no qual tanto o gestor do novo posto de trabalho quanto o servidor são acompanhados pela equipe técnica, visando a melhor adaptação, rendimento e satisfação

Oficinas “Recomeçar” e “Aprendizagem Socioemocional”

Realizadas em conjunto com a equipe de psicanálise do Instituto Sedes Sapientae, são discutidas questões relativas à reinserção ao trabalho e a habilidades socioemocionais

Projeto SGP - Agenda 2030

Lançado em 2021, o programa alinha os Objetivos e a Missão da SGP aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), direcionando os principais projetos e ações da Secretaria

NAT-Jus/SP

De janeiro a setembro, foram encaminhados 1.340 pedidos de informações por magistrados ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-Jus) do TJSP sobre tratamentos, cirurgias, materiais e insumos, consultas, exames, dietas e próteses

- 76% relacionados a medicamentos
- 77% com origem no interior do Estado e 23% na Capital e Grande São Paulo

Foram realizados:

- Desenvolvimento de sistema para solicitações de Respostas e Notas Técnicas, atualmente em fase de implantação
- Treinamento on-line, em parceria com a SGP 4, para a capacitação dos usuários na utilização da ferramenta
- Biblioteca Nat-Jus/SP: disponibilizada para consulta pública, com acervo de mais de 1.200 notas técnicas sobre Direito da Saúde
- Divulgação dos serviços, com publicação de matérias sobre a judicialização da saúde, envio quinzenal de e-mails para magistrados e assistentes e disponibilização de link de acesso rápido na intranet para diversos conteúdos sobre o tema



Pesquisa de Clima Organizacional

A segunda edição teve o chamamento dos servidores em junho/21 e contou com a participação de 17.734 servidores. Resultado a ser divulgado ainda em 2021

Perícias Médicas de Magistrados e Exames Admissionais

Foram realizadas 154 avaliações, entre perícias médicas e análises documentais, sendo periciados 68 magistrados e 72 candidatos a cargos gerais do quadro de funcionários do TJSP

Perícias Médicas

As perícias médicas são realizadas por médicos peritos credenciados junto ao TJSP em todas as RAJs com os seguintes objetivos: licença-saúde, readaptação, aposentadoria por invalidez, verificação de capacidade laborativa,nexo causal acidentário e de doença do trabalho, isenção de imposto de renda e isenção/redução de contribuição previdenciária e avaliação de deficiência nos casos de aposentadoria especial. As perícias documentais analisam e homologam atestados e relatórios médicos sem custos ao TJSP, nos casos de licença-saúde por período inferior a 15 dias, licença-gestante e licença-compulsória

Janeiro a setembro de 2021	Quantidade
Perícias Médicas	1.565
Perícias Documentais	2.599
Servidores periciados	2.783
Licenças concedidas até 15 dias	2.724
Licenças concedidas por mais de 15 dias	1.472
Aposentadorias por invalidez concedidas	34
TOTAL	4.164

Vistorias

Em razão da pandemia, em março de 2020 foram suspensas a realização de vistorias nos setores considerados insalubres nos termos da NR-15 do MTb e a emissão de parecer técnico (atendimento restrito a casos emergenciais) e as vistorias para verificação das condições apontadas no processo de readaptação ou no processo de avaliação psicossocial. Foram realizadas vistorias em ambientes específicos para verificação de condições de trabalho presencial em observância à nota técnica e ao manual para retomada das atividades presenciais, totalizando 21 vistorias

Implantação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – Elaboração de Proposta

Proposta de projeto-piloto no prédio do Palácio da Justiça, na qual se prevê, após vistoria, a indicação de quais os EPIs, em conformidade com a Norma Regulamentadora 6 do Ministério do Trabalho (NR-6 do MTb), são necessários para minimizar ou neutralizar a incidência de fator insalubre

Emissão de documentos e pareceres técnicos

Análise técnica de condições de trabalho a fim de constatar se essas condições são inerentes à função-atividade e se enquadram nos termos da NR-15 do MTb, propiciando, inclusive, a concessão do recebimento do adicional de insalubridade após emissão de parecer técnico. Após apuração dos dados colhidos nas vistorias, são emitidos documentos técnicos: Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). A emissão de LTCAT e PPRA foi suspensa durante a pandemia

Foi mantida a emissão de PPP para os servidores que trabalham sob condições insalubres, tendo sido emitido PPP para servidores da SAAB 2.3, SAAB 2.4, SAAB 2.5, SAAB 5.3, SGP 5.5.1. Em fase de finalização de estudo pela SGP 5.4 e pela STI, projeto para permitir que o servidor solicite a emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário no Sistema Hólos



Painel BI Controle do Movimento Judiciário (Resolução CNJ nº 76/09)

Processos	2018	2019	2020	2021 (até set)
Casos Novos - 1G	4.521.945	4.670.605	3.598.109	3.042.535
Casos Pendentes - 1G	19.476.870	18.424.200	18.725.652	18.715.041
Total de Baixados - 1G	5.570.971	5.726.499	3.481.160	3.204.565
Casos Novos - TR	110.550	114.146	106.929	93.341
Casos Pendentes - TR	99.992	178.177	77.764	77.317
Total de Baixados - TR	111.691	119.750	111.765	95.695

Primeira Instância

A Secretaria da Primeira Instância divide-se em SPI 1 –Serviço Técnico e Administrativo de Apoio, SPI 2 – Diretoria de Planejamento, Análise de Cenários e Normas e SPI 3 – Diretoria de Apoio Técnico

Em 2021, praticamente as tramitações se deram no formato digital, em razão da digitalização e conversão dos processos físicos. Foram elaboradas:

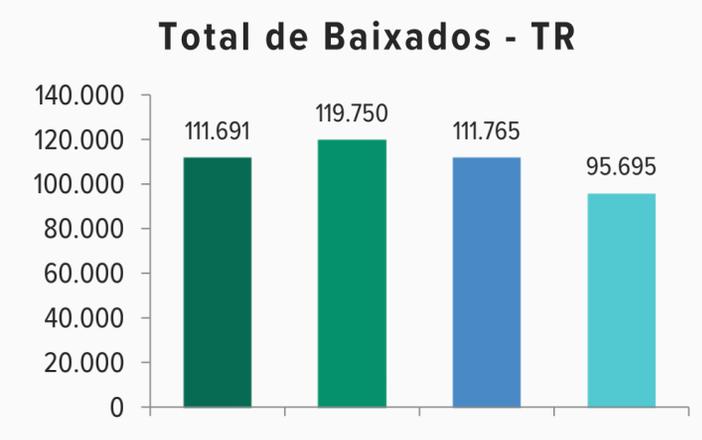
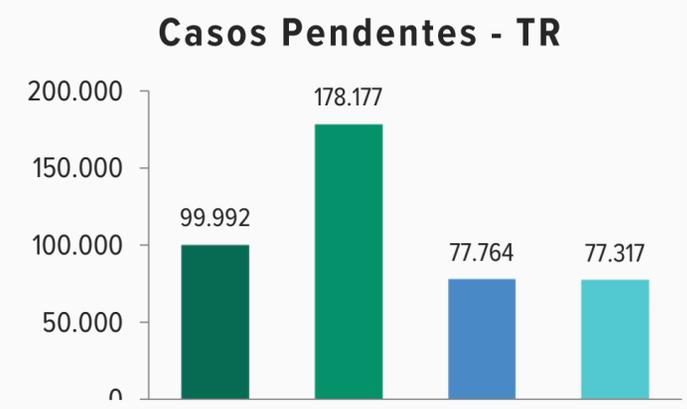
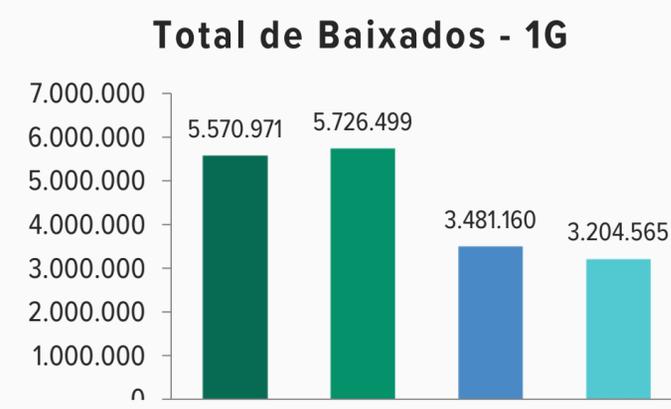
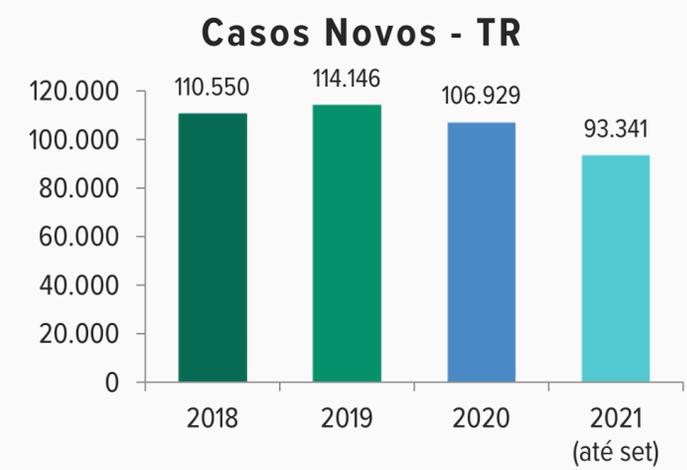
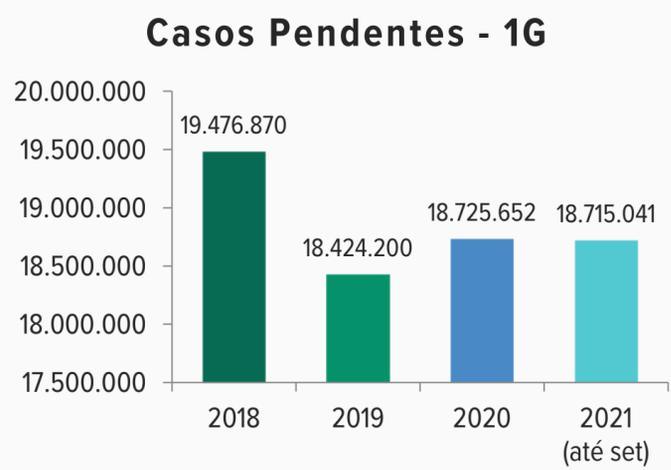
- **2.455** informações para CPAs
- **98** ofícios em nome da Presidência e Corregedoria
- além das demandas respondidas por e-mail em virtude do trabalho remoto, como pedidos de certidão e pesquisa de processos feitos por outros tribunais

No biênio 2020/2021, foram recebidos:

- **800** processos físicos e digitais - tramitados + de 1.000
- **253.000** mensagens de e-mails institucionais
- **380** requisições judiciais de certidões de outros tribunais por mês

Participação em **4.100** reuniões virtuais

Em 2021 o site "Expansão MLE", teve seu nome alterado para "Por Dentro do Portal de Custas" e passou a ser aberto ao público interno, totalizando **5.441** visualizações e **100.555** visitas, desde 2018



Citação/Intimação Eletrônica de Pessoas Jurídicas de Direito Privado

Com a expansão para todo o Estado do projeto-piloto com o Banco Itaú, de novembro/19 a outubro/21, foram encaminhadas 13.418 citações eletrônicas para empresas jurídicas de direito privado, 62% do total de citações possíveis pelo portal eletrônico. **43 empresas privadas** estão cadastradas para o recebimento de citação eletrônica por meio do Portal E-SAJ ou integração Web Service no TJSP. O projeto reduz o custo com o envio das cartas pelos Correios, garante maior efetividade e segurança na entrega das citações, menor consumo de papel e melhor gestão das unidades cartorárias. Diante da alteração do artigo 246 do CPC pela Lei 14.915/21, serão comunicadas as novas regras da citação eletrônica e a estratégia de expansão

Unidades de Processamento Judicial – UPJs

O projeto de implantação da Unidade de Processamento Judicial – UPJ foi retomado em 2020. As UPJs proporcionam melhor gestão dos recursos humanos e padronização de procedimentos, com a setorização das equipes e concentração de cartórios judiciais imprimindo celeridade e eficiência na prestação jurisdicional. Atualmente o TJSP conta com 17 UPJs instaladas. Em 2021 foram implantadas:

- UPJ V (16ª a 20ª varas Cíveis) do Foro Central Cível da Comarca da Capital
- UPJ JEC Campinas (1ª a 3ª varas do Juizado Especial Cível) da Comarca de Campinas
- A UPJ do Jefaz (1ª a 4ª varas do Juizado Especial da Fazenda Pública) da Comarca da Capital será instalada em dezembro. Está em fase de finalização da obra, curso dos servidores e publicação dos normativos

Digitalização das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de Lorena

Com a edição pela Corregedoria Geral da Justiça do Comunicado 466/20 que possibilitou a digitalização dos processos físicos pelas partes houve iniciativa da Prefeitura de Lorena em digitalizar todo o acervo de ações em que é parte na Comarca. A Prefeitura contratou empresa terceirizada, com orientação do TJSP em relação aos requisitos técnicos. Foram utilizados robôs para a subida das peças no sistema informatizado SAJ/PG5. No Setor de Execuções Fiscais da Comarca de Lorena foram digitalizados pela Prefeitura 30.659 processos e disponibilizados no SAJ 25.013 processos até outubro, com previsão de término da importação em novembro

Digitalização de Processos Físicos em larga escala

A Secretaria da Primeira Instância está à frente da gestão da contratação de empresa para a digitalização-piloto do acervo de processos físicos das unidades consideradas prioritárias. Estima-se contratação de 12 meses para a digitalização de 17 milhões de páginas por mês

Unidades abrangidas: Varas Cíveis do Foro Central, Unidade de Processamento das Execuções Contra a Fazenda Pública da Capital (Upefaz), Foro Regional da Lapa, Diretoria Estadual de Precatórios (Depre) e parte das unidades que processam as execuções criminais do sistema Sivec (Capital e mais cinco Circunscrições Judiciárias)

A digitalização do acervo de processos físicos é meta do planejamento estratégico do TJSP. Em 20/5, foi assinado o contrato nº 048/21 que prevê a digitalização de **200 milhões de páginas em uma contratação inicial de 12 meses a um custo de R\$ 0,091 por página**

Salas de digitalização foram montadas nos prédios envolvidos no projeto em locais cedidos pelo TJSP. A empresa é responsável pela retirada dos processos das unidades judiciais, a desmontagem, higienização, digitalização, conferência, remontagem e devolução dos processos. As unidades judiciais fazem a validação por amostragem dos lotes digitalizadas aprovando-os ou rejeitando-os. Os advogados são intimados da conversão do processo para o meio digital com prazo de cinco dias para eventual manifestação. Os fragmentos físicos estão temporariamente arquivados em cartório até definição quanto ao arquivamento ou destruição

Até outubro foram digitalizadas 16.210.123 páginas e 43.439 processos físicos tornados digitais e importados para o sistema SAJ/PG5

Conta Única para recolhimento de diligências de oficiais de justiça na Capital

Após reuniões entre SPI, STI, SOF e o Banco do Brasil foi encontrada solução para centralização do recolhimento das diligências de oficiais de justiça, de forma a viabilizar a implantação da Central de Mandados Compartilhada da 1ª Região Administrativa Judiciária. Desde outubro, os valores recolhidos para as diligências dos Oficiais de Justiça nas contas dos Foros e Comarcas pertencentes à 1ª RAJ são todos transferidos para a conta corrente única centralizadora, o que permitiu a criação de sistema de gerenciamento de informações, com geração de benefícios financeiros por meio da aplicação dos recursos, agora centralizados, e pelo credenciamento bancário (apuração de 1% sobre o valor pago). A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) projeta rendimentos, apenas na 1ª RAJ, de R\$ 10.000.000,00 em 2022

Robotização das pesquisas para emissão da certidão de execuções criminais Sivec para fins civis NADA CONSTA pela internet

Desde março/20, com a implantação do robô, foram processados **282.628** pedidos de certidões Sivec para fins civis. Foram definidos, ainda, procedimentos para assinatura digital das certidões positivas Sivec, tornando o documento passível de conferência de autenticidade pelo portal e-SAJ



veja mais

Criação e implantação da certidão Sivec PARA FINS ELEITORAIS com resultado NADA CONSTA pela internet com a utilização de robôs na realização das pesquisas no Sivec

De março a novembro/20, foram processados aproximadamente 70.000 pedidos dessas certidões. A robotização viabilizou a continuidade dos serviços durante a pandemia no ano eleitoral de 2020

Em 2021 foram processados aproximadamente 28.570 pedidos de certidões nesse modelo, dos quais 80% foram atendidos com a liberação da certidão pela internet. A porcentagem do atendimento é menor em relação às certidões Sivec para fins civis em vista de regras de expedição específicas e pela quantidade significativa de pedidos de certidões para pessoa jurídica não atendidas pelo modelo

Certidões de Licitação Cartórios Judiciais (Certidão dos Distribuidores)

- 6.110 certidões com atendimento por e-mail (março 20/ a outubro/21)
- 919 certidões expedidas mediante solicitação pela internet - desde 6/10/21

Robotização de análise das Certidões de Distribuição expedidas pela internet

Na fase de testes do projeto de certidões cíveis destinadas à pessoa física, todos os pedidos analisados pelo robô são reavaliados por funcionários para ajustes de comportamento e melhorias no desempenho, com análise manual em média 6.500 pedidos de certidões (850/dia/funcionário do Serviço de Certidão Estadual Cível (SCECV), com o desenvolvimento do projeto estima-se que essa atividade tenha redução de 85%, conferindo maior padronização dos resultados

Informatização das Certidões de Militância

Fase final da informatização prevista para novembro em substituição à extração de relatório no sistema SAJ SGC e expedição manual em Word das certidões de militância destinadas à comprovação de atividade jurídica

Digitalização das fichas manuais (Fichário digital)

No biênio 2020/2021 foi concluída a digitalização, indexação e armazenagem do fichário digital do Decrim, composto por 362.640 fichas, com o objetivo de proteger os dados registrados em fichas manuais, assim como melhorar a pesquisa dos dados anteriores à informatização do foro. Em outubro foi iniciada a execução do fichário digital do Distribuidor Criminal, com total estimado de 2.000.000 de fichas. Já foram digitalizadas, indexadas e armazenadas no servidor 13.000 fichas desse acervo

Material de Orientação sobre o recolhimento de Custas Judiciais

A fim de melhorar a conferência e a cobrança das custas judiciais e, conseqüentemente, alcançar maior efetividade foram desenvolvidos manuais, vídeos e tutoriais em parceria SGP e SPI de orientação às unidades judiciais quanto à obrigatoriedade e fiscalização da taxa judiciária e principais despesas processuais. No site do TJ está disponível a planilha de apuração da Taxa Judiciária com a finalidade de auxiliar os usuários externos na elaboração de cálculos de custas, seguindo a legislação em vigor, jurisprudência majoritária e normas vigentes

Expansão da distribuição automática na Capital: Foro da Fazenda Pública/Acidentes do Trabalho, Foro das Execuções Fiscais Municipais, Foro das Execuções Fiscais Estaduais e Foro Central dos Juizados Especiais Cíveis

A distribuição automática é executada de hora em hora e de forma ininterrupta, o que garante maior celeridade ao ajuizamento das ações e à apreciação das medidas, sobretudo urgentes. O projeto teve início em 2015 ampliando-se em julho/20 para o Foro da Fazenda Pública/Acidentes do Trabalho (Comunicado CG 563/20). Este ano a distribuição automática foi implantada no Foro das Execuções Fiscais Municipais, Foro das Execuções Fiscais Estaduais e Foro Central dos Juizados Especiais Cíveis (Comunicado CG 975/21)

Portais de Intimação e Peticionamento

Integração Imesc - Comunicado Conjunto N° 585/20

Ofícios de solicitação de perícias e outros encaminhados eletronicamente ao Imesc, bem como o peticionamento eletrônico de laudos e outros documentos enviados aos processos digitais, com juntada automática. A medida substitui o envio de ofícios e recebimento de laudos, em papel, reduzindo os custos com material e agilizando o processamento dos autos

Citação Intimação Eletrônica das Prefeituras, Autarquias e Fundações Municipais – Comunicado Conjunto N° 418/20 – CPA 2020/45446

Ampliação da 1ª fase (Competência Execução Fiscal) para Competência Fazenda Pública e todas as competências. Ampliação da 2ª fase (municípios de outros estados), sob demanda. Aprovado e divulgado: municípios de Vitória e Aracruz (ES). Em andamento: municípios do Rio de Janeiro (RJ) e Araucária (PR)

Citação Intimação Eletrônica dos Estados da Federação e suas Autarquias e Fundações - Comunicado Conjunto N° 508/18 – CPA 2020/4008

Ampliação para Competência Fazenda Pública e todas as competências - anteriormente exclusiva para Competência Execução Fiscal. Aprovado e divulgado: Portal para Citação/Intimação Eletrônicas aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e Distrito Federal. Em aprovação: para o Estado da Bahia. Em andamento: estados do Mato Grosso e Tocantins

Citação Intimação Eletrônica dos Entes Públicos Federais e suas Autarquias e Fundações

A citação e intimação eletrônica, por portal, substitui a emissão de mandados para citação/intimação pessoal dos entes públicos, reduzindo os custos com papel, toner, diligências e contratação de novos servidores (CPAS - 2020/43157 e 2020/27779)

Comunicado	Ente Público Federal	Competências
910/20 Citação e Intimação	PRF - Procuradoria Regional Federal da 3ª Região - * Autarquias e Fundações	Administração Indireta – todo e qualquer processo, tributário ou não, em que a parte seja autarquias ou Fundação Pública Federal. Por exemplo: Anatel, Anac, Funai etc.
1372/20 Citação e Intimação	PRFN - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região * União Federal	Ações que envolvam tributos federais e falências (a União Federal, na maioria das vezes, ingressa em ação de falência para cobrar tributos - quem atua em nome da União Federal é a PRFN)
667/21 Citação e Intimação	PRU – Procuradoria Regional da União da 3ª Região * União Federal	Usucapião, Demarcatórias e demais ações relativas a imóveis, algumas falências

Em andamento - Intimação Eletrônica - Ministério Público do Trabalho - 2ª Região

A intimação eletrônica, por portal, substitui a emissão de mandados para citação/intimação pessoal dos entes públicos (municípios: São Paulo, Barueri, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Santos, São Bernardo do Campo - CPA 2020/00091987). A intimação eletrônica e a resposta por meio do Peticionamento, além de substituir peças em papel, proporcionam celeridade na resposta ao jurisdicionado (Peticionamento e Intimação - Receita Federal - 8ª Região – CPA 2019/158831)

Celebração do Contrato nº 147/20 com o Banco do Brasil. Manutenção do Sistema Portal de Custas, Recolhimentos e Depósitos

Acompanhamento da execução do contrato e participando das reuniões quinzenais denominadas “Ponto de Controle”, nas quais são discutidas e priorizadas as melhorias para o sistema Portal de Custas, Recolhimentos e Depósitos. O serviço de captação, registro, tesouraria, atualizações e pagamento é promovido com exclusividade pelo Banco do Brasil até 14/10/2024

Catologação de Processos

Desde 2019, a empresa responsável pelo Arquivo é responsável pela catalogação dos processos. O Contrato nº 120/19 estabelece 210.000 processos catalogados/mês, mediante o preenchimento de metadados sob supervisão da Coordenadoria de Gestão Documental e Arquivos. Até outubro de 2021, foram catalogados 3.889.684 processos. A Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) aprovou a eliminação de Execuções Fiscais Extintas com a temporalidade de guarda vencida, que corresponde a 777.903 feitos, dentre as 2.469.358 execuções fiscais catalogadas (a maioria suspensa)

Arquivamento/Eliminação de processos digitalizados (fragmentos)

Face ao Projeto de Digitalização, fez-se necessário analisar a destinação dos processos físicos em andamento digitalizados, considerados fragmentos de processos, uma vez que o suporte físico não receberá as informações finais dos processos. A Resolução CNJ nº 420/2021 possibilitou a adoção de normas especiais pelos tribunais de Justiça em relação à Resolução nº 324/20, que considera que os fragmentos devem permanecer nas unidades até a finalização. Foram apresentadas propostas de prazos mínimos para a guarda dos processos físicos digitalizados para tramitação eletrônica, excetuando-se aqueles com classificação de guarda permanente à CPAD, que deliberará sobre o tema. Os processos físicos digitalizados, também denominados como fragmentos, e classificados segundo sua classe ou assunto como de guarda permanente, serão arquivados na empresa terceirizada mediante cadastro simplificado de seus dados em sistema informatizado

Publicação automática

O projeto visa otimizar a rotina cartorária quanto às publicações encaminhadas para o Diário de Justiça Eletrônico (DJE), fazendo com que o encaminhamento das relações, que hoje é realizado de maneira manual, passe a ser realizado pelo sistema. Ainda este ano, todas as unidades judiciais de 1º Grau terão a funcionalidade Publicação Automática (Comunicado Conjunto 2.000/21). Em cada ciclo de implantação, iniciado em abril, a SPI manteve suporte aos publicadores

Arquivamento de Processos Administrativos (Secretarias e Administração do TJSP)

Elaboração de nova tabela de temporalidade de documentos administrativos produzidos e recebidos pelas secretarias e setores da administração do TJSP, tornando possível a realização de levantamentos de quantidades e tipos de documentos administrativos existentes. Os classificados como de guarda permanente serão encaminhados para guarda terceirizada, com respectiva proposta de aditamento do Contrato nº 120/19 para contemplar também a guarda de documentos administrativos

Central de Mandados Compartilhada

Projeto da Central de Mandados Compartilhada, no qual são compartilhados mandados digitais entre bases distintas do SAJ. Os mandados digitais são encaminhados automaticamente para a Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM) competente para cumprimento no CEP destino, independente da base SAJ e do Juízo emitente. O projeto-piloto abrangendo todas as comarcas da 1ª RAJ teve início em janeiro. Entre as comarcas integrantes do compartilhamento de mandados, deixarão de ser expedidas cartas precatórias nos casos de mera comunicação (citação, intimação e notificação), trazendo maior celeridade processual e a diminuição de grandes deslocamentos pelos oficiais de Justiça. Em sete meses, foram distribuídos 551.808 mandados, sendo 129.494 de forma compartilhada (23%). Houve, ainda, diminuição de 78% na emissão de cartas precatórias entre as Comarcas da 1ª RAJ em relação a 2019. A expansão para as demais RAJs deve se dar de forma gradativa a partir de 2022

Processo Híbrido

Conversão da tramitação física para digital, via banco de dados, sem a prévia digitalização dos volumes físicos, com posterior processamento exclusivamente digital e possibilidade de controle de carga dos volumes ainda físicos por filas de trabalho específicas

21/6 – piloto nas varas Cíveis de Mauá com processos físicos das competências Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, Fazenda Pública Estadual e Municipal, Especial Relativa a Idoso (Cível)

27/9 – competências Família e Sucessões, Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, Juizado Especial Cível, Infância e Juventude Cível

13/10 – Vara Judicial da Comarca de Taquarituba, as varas Cíveis, de Família e Sucessões e da Fazenda da Comarca de Araçatuba e as varas Cíveis da Comarca de Botucatu

Até agosto/23 – expansão para todo o Estado, com implantação em 15 comarcas a cada 30 dias

JUÍZO 100% DIGITAL

Juízo 100% Digital

Desde a implementação, regulamentada pelo Provisamento Conjunto nº 32/20 em atendimento à Resolução CNJ nº 345/20, em caráter experimental nas varas de Família e das Sucessões, Cíveis e do Juizado Especial do Foro Regional XV – Butantã, em novembro/20, tramitam no Juízo 100% Digital 1.898 processos correspondendo a 5,57% do total de processos em andamento nas varas piloto e a 11,72% dos processos distribuídos desde o início do projeto em cada localidade. A primeira expansão foi realizada em abril para as comarcas de Atibaia e Porto Feliz. A continuidade da expansão será programada de acordo com aquisição pela STI de equipamentos de videoconferência (WebCam e Headset) destinados às unidades judiciais para atendimento do balcão virtual

Balcão Virtual

Comunicação em tempo real por videoconferência com as unidades judiciais, regulamentada pela Resolução CNJ nº 372/2021. Pela página no site do TJSP, das 13 às 19 horas, é possível solicitar informações sobre os últimos andamentos dos processos, datas de cumprimento, senhas de acesso, esclarecimento de dúvidas, entre outras. Atualmente em 16 unidades de 1º Grau e em 7 de 2º Grau, o serviço deve ser estendido a 150 unidades ainda este ano, abrangendo todas as unidades de 2ª instância e todas as varas dos Juizados Especiais de 1ª Instância

Aprimoramento das Páginas da Primeira Instância no Portal do TJSP

Aprimoramento dos conteúdos das páginas da Primeira Instância no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo, tornando o acesso mais intuitivo, com destaque para os serviços de:

- Arquivo e Desarquivamento
- Audiências de Custódia
- Cálculos Judiciais
- Gestão Documental
- Orientações ao Público Interno

Expansão Malote Digital

Estudos de expansão para unidades judiciais de Primeira Instância do acesso ao Sistema Malote Digital, antes restrito aos Distribuidores para:

- Envio, devolução e recebimento de cartas precatórias e documentos
- Comunicações com STJ, STF e CNJ
- Encaminhamento das peças dos processos com determinação de redistribuição a outros tribunais

A expansão inicial contemplou a varas do Foro Central Cível da Capital e Foro Central da Fazenda Pública e Acidentes de Trabalho. Está em desenvolvimento robô para cadastramento das unidades judiciais nos módulos do Sistema Malote Digital

Utilização do portal e-Saj por servidores de outros tribunais para encaminhamento de cartas precatórias

Projeto para solucionar as dificuldades enfrentadas pelo Setor Unificado de Cartas Precatórias Cíveis de São Paulo para processamento de cartas precatórias de outros tribunais recebidas pelo Sistema Malote Digital, com a liberação do acesso ao Portal E-SAJ a servidores de outros tribunais para distribuição de cartas precatórias mediante peticionamento eletrônico, a exemplo do TJBA, TJDFT, TJRO, TJAC e TJPB. Após estudos de viabilidade, o modelo usado no TJAC será adotado em todo o Estado, sem ônus para o TJSP – em fase de implantação

Cartas Precatórias de outros tribunais Distribuídas 2019/2020

Competência/Classe	Total
Carta Precatória Cível	167.845
Carta Precatória Criminal	90.049
Carta Precatória Infância e Juventude	2.516
Carta Precatória Infracional	1.641
Total Geral	262.051

Vantagens do encaminhamento por peticionamento eletrônico | Cartas Precatórias

- Mais facilidade e celeridade para recebimento, distribuição e tramitação de cartas precatórias ou documentos referents
- Automação da juntada de documentos
- Tramitação exclusivamente pelo sistema SAJ/PG5
- Eliminação de distribuição em duplicidade
- Acompanhamento das tramitações processuais pelos juízos deprecantes
- Redução do custo operacional e da carga de trabalho
- Automação total ou parcial das movimentações necessárias ao processamento da solicitação

SPI | Planejamento Estratégico 2021/2026

Meta 10.1 - Incluir, anualmente, ao menos, 15 unidades da capital no modelo UPJ – Unidade de Processamento Judicial

- Instalada a UPJ V (16ª a 20ª Varas Cíveis Central)
- Aprovado Layout das UPJ VI a IX do Foro Central, em fase de contratação das obras.
- UPJ JEFAZ:
 - ▶ obras em fase final, com previsão de entrega para o final de novembro/21
 - ▶ treinamento agendado: 16 a 19 de novembro/21
 - ▶ previsão para instalação: dezembro/21
- Aguardando a digitalização do acervo das UPJ Lapa Cível e UPJ Lapa Família
- Apresentado estudos para:
 - ▶ UPJs Nossa Senhora do Ó - Cível e Família
 - ▶ UPJs Cível e Família de Santo Amaro
 - ▶ UPJ Varas de Acidentes do Trabalho – Capital

Já determinada a continuidade dos estudos em Nossa Senhora do Ó.

Meta 10.2 - Incluir, anualmente, ao menos, 15 unidades do interior no modelo UPJ – Unidade de Processamento Judicial

- Instalada a UPJ JEC Campinas
- Apresentados estudos para:
 - ▶ UPJ Atibaia - Cível
 - ▶ UPJ Barretos - Cível
 - ▶ UPJ Carapicuíba - Cível
 - ▶ UPJ Indaiatuba - Cível
 - ▶ UPJ Piracicaba - Cível
 - ▶ UPJ Santos - JEC
 - ▶ UPJ Franca - Família
 - ▶ UPJ Guarulhos - Família
 - ▶ UPJ Piracicaba - Família
 - ▶ UPJ Santo André - Família

Já determinada a continuidade dos estudos em Atibaia e Indaiatuba.

Atividades relacionadas:

- Reestruturação da página da UPJ no portal do TJSP.
- Reestudos para FAQ e relatórios de acompanhamento (a apresentar para Presidência e CGJ).

Meta 10.3 - Digitalizar 100% dos processos judiciais em tramitação e sobrestados, até 31/12/26

Atuação em diversas frentes para alcance da meta:

- 1) Digitalização de Inquéritos Policiais e Processos Criminais através da Central Facilitadora do Ministério Público. Ao todo são 15 Centrais instaladas nas sedes de RAJS e outras comarcas maiores, além da Barra Funda na Capital
- 2) Comunicado nº 466/20 que regulamentou a digitalização de processos pelas partes, advogados e pelas unidades judiciais
- 3) Parcerias com prefeituras, OAB, INSS
- 4) Contratação de empresa terceirizada em maio/20 em caráter experimental para digitalização de unidades prioritárias – 200 milhões de páginas num período de 12 meses
- 5) Processo Híbrido que permite a conversão do processos para o meio digital, sem digitalização das peças anteriores que podem ser consultadas no fragmento físico

Período de Referência	Processos Físicos em andamento no término do período anterior	Processos Digitalizados no período referência	Cumprimento da Meta
jan a jun/2021	8.960.839	50.914	0,57%
jul a set/2021	8.602.955	80.370	0,93%

	Soma de Quantidade de Processos	Soma de Quantidade por Advogado	Soma de Quantidade pela Central Facilitadora	Soma de Quantidade de Processos Híbridos	Quantidade pelas Unidades Judiciais
Janeiro	5.422	1.725	1.652		2.045
Fevereiro	9.689	2.990	2.679		4.020
Março	6.588	2.056	820		3.712
Abril	5.130	1.014	162		3.954
Mai	8.191	1.068	1.617		5.506
Junho	15.894	2.720	2.994	2.463	7.717
Julho	18.096	2.002	2.766	201	13.127
Agosto	35.353	2.760	2.547	58	29.988
Setembro	26.921	2.166	2.380	69	22.306
Total Geral	131.284	18.501	17.617	2.791	92.375

* considera-se apenas os processos em andamento + em grau de recurso; não inclui processos suspensos

Meta 10.4 - Extinguir 20% dos processos de Execuções Fiscais, em andamento, por meio da gestão do acervo junto às Prefeituras e à Fazenda Estadual, até 31/12/26

Identificar os processos que já possuem sentença de extinção, mas que permanecem em andamento no sistema SAJPG5, com análise de viabilidade de lançamento de movimentação de baixa via saneamento de banco de dados e os processos não sentenciados que, a partir de critérios estabelecidos, possam ser extintos, inclusive com eventual auxílio de robôs: processos paralisados há muito tempo; processos com local físico Arquivo Geral, Autos Destruídos e Desmonte de Autos; processos suspensos e arquivados há mais de seis anos e execuções fiscais estaduais com valor de causa atualizado inferior a 1.200 Ufesps (Lei 14.272/2010 / Resolução PGE 21/17). Além de possibilidades para o não ajuizamento de processos, valendo-se de conciliações pré-processuais e a desjudicialização

Meta 9.1 - Otimizar o uso dos espaços físicos, buscando-se a redução de 20% das despesas com locação e manutenção de prédios, até 31/12/26

A partir da quantidade de processos pendentes de baixa existente em dezembro/20 (11.969.973), ou seja, podem estar nas situações: em andamento, suspensos, arquivados, tem-se como objetivo extinguir 2.393.994 processos para que, em 2026, haja, no máximo, 9.575.979 processos em andamento nas competências Execuções Fiscais Estaduais e Municipais. 3% da meta atingida

Meta 10.7 Promover a adequação da organização judiciária, buscando otimizar a força de trabalho e os recursos despendidos com unidades judiciárias e os setores administrativos

Padronizar procedimentos e consolidar decisões com a especialização das competências que podem ter os processos concentrados. Possibilidade de instalação de QG com estrutura mínima necessária para execução de atividade presencial. Definição das competências, locais, formatos e equipes para os Núcleos Regionalizados (Meta 100%):

- 1) Digitalização
- 2) Teletrabalho
- 3) UPJ's
- 4) Estudo para identificação das potenciais unidades que podem ser aglutinadas, seja no formato de UPJ, seja na extinção de vara desnecessária em razão da carga de trabalho identificada (andamento e distribuição)
- 5) Estudo para identificação das potenciais comarcas que podem ser aglutinadas (com desinstalação) em razão da carga de trabalho identificada (andamento e distribuição) Estudo dos critérios para definição das unidades e comarcas que podem ser aglutinadas e/ou desinstaladas para constituírem a meta a ser alcançada (100%)
- 6) Elaboração de cronograma de implantação (Avanço da implantação até 2026 – 0% a 100%)

Estudo para identificação da necessidade de aumento de juízes como instalação de vara, aumento de titular (II) e/ou designação de auxiliar Estudo de critérios para a identificação da necessidade como:

- 1) Processos em andamento
- 2) Processos distribuídos
- 3) Processos por escrevente (and. e distr.)
- 4) Processos por juiz (and. e distr.)
- 5) Baixa de processos
- 6) Produtividade por magistrado (despacho, decisão e sentença)
- 7) Produtividade média ou quartil pelos pares (mesma competência)

Meta 11.1 - Erradicar em 100% a evasão de custas, despesas processuais e emolumentos, até 31/12/2026

Aprimorar o sistema de custas, despesas processuais e emolumentos, por meio da meta 11.1. que almeja erradicar em 100% a evasão de tais tributos até 31/12/2026. Em 2021, foram implementadas diversas ações no âmbito institucional:

- Campanha de conscientização para servidores da importância da fiscalização e conferência de custas / despesas processuais
- Reuniões com outras Secretarias a fim conhecer os relatórios gerenciais disponíveis para acompanhar a arrecadação das custas, despesas processuais e emolumentos e propor melhorias nos seus controles internos
- Publicação do Provimento CG nº 29/2021 - Dispõe sobre alteração na NSCGJ - Art. 1.098 - Taxa Judiciária - Recolhimento, quanto ao

procedimento a ser adotado nos casos de gratuidade da justiça e diferimento previsto nos artigos 5º e 8º da Lei Estadual nº 11.608/03

- Publicação do Comunicado CG nº 1530/21 - Dispõe sobre a necessidade de verificação dos valores recolhidos referentes às custas / despesas e dá outras providências
- Disponibilização da planilha taxa judiciária no sítio do TJ para auxiliar os usuários externos na elaboração dos cálculos de custas / despesas processuais

Meta 12.1 - Aprimorar os sistemas de trabalho e fazer tramitar, virtualmente, 100% dos processos administrativos, até 31/12/2026

Atualização da Portaria que trata de expedientes digitais da área administrativa para que a partir de 2022 não seja permitido o cadastro de autos físicos no sistema CPA, bem como o destino dos processos físicos que foram digitalizados. Aproximadamente 70% da meta concluída pelo conjunto das secretarias do TJ

Meta 17.1 - Avaliar 600 mil processos físicos por ano, buscando eliminar 25% dos documentos arquivados e avaliados conforme Tabela de Temporalidade, até 31/12/2026

Estabelecer convênios com instituições educacionais com o objetivo de contar com o auxílio de universitários das áreas de Direito e História para o recolhimento de processos relevantes ou históricos, visando a valorização da memória institucional do Poder Judiciário paulista

Segunda Instância

Plantões digitais

Em 2021, o TJSP manteve o formato digital para os plantões judiciais realizados em dias sem expediente, iniciado em março de 2020 devido à pandemia. O modelo mostrou-se eficaz ao imprimir celeridade na execução de todos os atos derivados das impetrações/interposições

Sustentações orais telepresenciais

A realização das sessões de julgamento telepresenciais propiciou aumento na quantidade de sustentações orais pelos advogados, uma vez que, muitos deles, exercendo suas atividades fora da Capital, viram-se possibilitados de exporem verbalmente suas razões, sem a necessidade de locomoção à sede do Tribunal

Sessões de julgamento presenciais

No início de outubro houve a autorização para o retorno das sessões de julgamento presenciais no Palácio da Justiça, mantida, ainda, a modalidade telepresencial. Aos órgãos julgadores foi facultada a opção pelo modelo a ser adotado



Cadastramento de recursos

Por deliberação das Presidências das Seções de Direito Público, Privado e Criminal, houve a otimização no preenchimento dos campos de cadastramento dos recursos recebidos em 2ª instância, ato que contribuiu na celeridade e aumento de produtividade dos setores de Entrada de Recursos

Expansão do Portal de Intimação

Desde janeiro, as unidades da Seção de Direito Público contam com o Portal de Intimação da PGE, em benefício ao trâmite processual dos processos relacionados

Digitalização dos *habeas corpus* criminais físicos

Nos termos da Portaria da Presidência da Seção de Direito Criminal nº 1/21, os Habeas Corpus impetrados no formato físico pelos pacientes ou terceiros interessados, sem a assistência de advogados ou defensores públicos, passaram a ser convertidos ao formato digital pela Seção de Direito Criminal, proporcionando maior celeridade e segurança

Digitalização dos processos de poupança

Por iniciativa da Presidência da Seção de Direito Privado, houve a continuidade da digitalização dos processos de poupança sobrestados no complexo Ipiranga pelas instituições bancárias. Até o final de outubro, aproximadamente 24 mil processos foram digitalizados pela empresa contratada pelos bancos, estando aptos a serem convertidos ao formato digital

Movimentação dos processos sobrestados

Após o julgamento do tema 810 pelo STF, organizou-se na Seção de Direito Público um Plano de Ação para a movimentação de 17.804 processos sobrestados no complexo Ipiranga, de forma a não impactar a rotina de trabalho das unidades cartorárias e do Gabinete de Apoio da Presidência da Seção. O plano mostrou-se exitoso, ao permitir a movimentação dos processos sem ocasionar qualquer represamento nas demais atividades



veja mais



Pandemia

Pandemia

A pandemia de Covid-19, que obrigou o mundo a parar, isolou as pessoas, mudou paradigmas e roubou milhões de vida, continuou em 2021

Do Judiciário paulista também levou muito, tirou o convívio com colegas que tinham planos e sonhos, que eram pais, mães, filhos, irmãos e amigos. Ficou a saudade. O luto, a tristeza e os prédios fechados não conseguiram impedir um dos maiores tribunais do mundo de produzir Justiça, graças ao trabalho feito da casa de cada magistrada, magistrado, servidora e servidor

Com o retorno presencial gradual, os protocolos de biossegurança, as máscaras e o distanciamento social foram incorporados à nova realidade



Hotsite www.tjsp.jus.br/Coronavirus

Não é tempo de **descuidar**



64

COMUNICADOS

- CSM
- Presidência
- Comunicados Conjuntos
- SGP

13

BOLETINS E DECISÕES

Seções de Direito Criminal, Público e Privado

131

NOTÍCIAS

Comprovante de vacinação contra Covid-19

Ingresso nos prédios do TJSP autorizado mediante apresentação de:

- Certificado de vacinas digital (Conecte SUS)
- Comprovante/caderneta/cartão de vacinação impresso em papel timbrado, emitido no momento da vacinação por instituição governamental nacional ou estrangeira ou institutos de pesquisa clínica
- Atestado justificando o impedimento à imunização

É obrigatória a vacinação de pelo menos uma dose, observado o cronograma vacinal oficial.

Valido a partir de 27/9, para todos acima de 18 anos. Portaria nº 9.998/21

Essa exigência não afasta a necessidade de adoção dos protocolos de segurança

PREVENÇÃO E COMBATE À COVID-19

Acompanhe: www.tjsp.jus.br/Coronavirus

Retorno Escalonado ao Trabalho Presencial

Para garantir a biossegurança de magistrados, servidores, jurisdicionados e operadores do sistema de Justiça, desde 27/9/21 é exigido o comprovante de vacinação contra a Covid-19 para ingresso nos prédios do Tribunal de Justiça de São Paulo. A medida foi regulamentada pelo Provimento CSM nº 2.628/21, destinado a magistrados e servidores e pela Portaria nº 9.998/21, editada pelo Presidência do TJSP em 20/9, que estendeu a obrigação a todos que trabalham nos prédios do Tribunal – representantes do Ministério Público, defensores públicos, servidores e estagiários dessas instituições, funcionários da OAB, de empresas terceirizadas, de instituições bancárias e de restaurantes e lanchonetes –, assim como advogados, estagiários de Direito inscritos na OAB e público em geral

Desde a edição do Provimento CSM nº 2.564/20, que estabeleceu o retorno gradual das atividades presenciais nas unidades judiciárias e administrativas, foram criados fluxos para solicitação, via Sistema Hólos, de análise pela área da saúde, dos requerimentos de solicitação de permanência em teletrabalho

Em 2021, até 30/9, foram cadastrados 334 protocolos, dos quais 125 de servidores com doença crônica, 38 de gestantes, 12 de lactantes, 34 de pessoas com deficiência, 51 de servidores que coabitam com pessoa com doença crônica e 74 que coabitam com idosos

Após a análise técnica realizada pela SGP 5, de janeiro a setembro/21 foram deferidas 336 solicitações de retorno às atividades presenciais

Em decorrência do art. 5º do Provimento CSM nº 2.628/21, foram deferidas 99 justificativas de óbice à imunização contra Covid-19, sendo 96 de servidores e 3 de magistrados, além de 25 deferimentos de pedidos de dilação de prazo para a apresentação de relatório médico justificando o impedimento

Agendamento de atendimento ao público

Para garantir o distanciamento social e a preservação da saúde de magistrados, servidores e público em geral, com o retorno escalonado do trabalho presencial, passou-se a adotar a ferramenta de agendamento on-line para comparecimento nas unidades judiciais, o que possibilitou a melhoria do atendimento, sem filas, esperas ou aglomerações. A entrada nos prédios do TJSP em todo o Estado é realizada mediante apresentação do comprovante de agendamento, impresso ou no celular

COMPROVANTE DE VACINAÇÃO | COVID-19



Para ingressar nos prédios do TJSP é necessário apresentar o comprovante de vacinação ou atestado de impedimento à imunização

AGENDAMENTO

TJSP

faça aqui >

Vacinação

A Campanha Anual de Vacinação contra a Gripe (quadrivalente), recomendada pela OMS para ajudar no combate ao Coronavírus, foi realizada para magistrados e servidores nas 10 RAJs. No total, 23.976 pessoas foram vacinadas em todo o Estado no ano de 2021

Canais de Atendimento

Continuam ativos os canais exclusivos para recebimento de dúvidas e solicitações de magistrados e servidores pelos e-mails duvidas.coronavirus@tjsp.jus.br e relatoriocovid19@tjsp.jus.br. Os pedidos de licenças compulsória para contactantes passaram a ser recebidos pelos e-mails licencascapital@tjsp.jus.br e licencasinterior@tjsp.jus.br, totalizando 62 licenças compulsórias concedidas administrativamente de janeiro a setembro

Em 2021, foram realizadas 2.474 triagens e respostas às dúvidas de servidores e magistrados apresentadas pelos e-mails: telesaudef@tjsp.jus.br, telesaudemagistrados@tjsp.jus.br, acaosaudef@tjsp.jus.br, sgp.saude@tjsp.jus.br, duvidas.coronavirus@tjsp.jus.br

Força-tarefa de Saúde

A área de Saúde se dividiu em seis grupos de trabalho para fazer frente à demanda apresentada pelos magistrados e servidores, envolvendo: esclarecimento de dúvidas sobre afastamentos, profilaxia, procedimentos para licença-saúde e compulsória, provimentos editados acerca da Covid-19, doenças consideradas crônicas, grupos de risco, e demais assuntos sobre o tema

Atendimento médico e psicológico remoto

Realizadas consultas médicas a magistrados e servidores com os profissionais da área da saúde pertencentes ao quadro de funcionários por meio da ferramenta Teams, com expedição de receitas médicas por meio eletrônico



Perícias

Diante da suspensão das perícias médicas, estabelecida pelo Provimento CSM nº 2.545/20, houve a concessão excepcional das licenças para tratamento de saúde por até 30 dias, como forma de evitar prejuízo aos servidores e minimizar custos quando as perícias fossem novamente autorizadas

Em face do retorno gradual das atividades presenciais, viabilizou-se a retomada dos exames periciais de forma eficiente, preconizando a segurança de todos os envolvidos no atendimento:

- identificação do grupo de risco para a Covid-19, dentre os servidores ativos e inativos que aguardavam perícia médica
- encaminhamento de questionário ao referido grupo, para escolha do local de realização da perícia, incluindo o domicílio
- realização de juntas médicas por telemedicina, modalidade aprovada pelo Conselho Federal de Medicina, com a realização presencial do exame, por um dos médicos peritos e acompanhamento a distância pelo demais, com ferramentas e equipamentos disponibilizados para a área, o que garante agilidade nos agendamentos e mais segurança aos periciados lotados no Interior, sem necessidade de deslocamento para a Capital. De janeiro a setembro de 2021, foram realizadas 14 juntas médicas por telemedicina
- fornecimento e orientação para uso adequado dos EPIs aos servidores atuantes no atendimento das salas de perícias em todas as Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs)
- fornecimento de EPIs aos médicos peritos
- ajustes nos sistemas informatizados para ampla divulgação das medidas de segurança aos servidores convocados para as perícias médicas, com atualizações nos textos disponibilizados no DJE e por e-mail

Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde

Durante o período mais crítico da pandemia e em vista do conseqüente aumento da demanda por leitos nas UTIs, foram distribuídas várias ações com pedido liminar objetivando a disponibilização de vagas. A Presidência do TJSP divulgou a magistrados e servidores canal específico criado pela Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo para informações sobre distribuição das vagas das UTIs do SUS e grau de prioridade dos pacientes. Adicionalmente, na página Direito da Saúde foram incluídos formulário e informativo diário sobre disponibilidade de UTI para casos de diagnóstico de Covid-19, fornecidos pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde

Tributo Solidário

Em 29/6, o TJSP realizou evento virtual com apresentações musicais de magistrados e servidores em homenagem às pessoas que integravam o Poder Judiciário e perderam suas vidas durante o período da pandemia, bem como a seus familiares, para a arrecadação de doações para a Campanha da Família Forense – Inverno 2021. Transmitido pelo canal do TJSP no YouTube, o Tributo Solidário contou com apresentação da desembargadora pianista Maria Cristina Zucchi e da Juss Band, formada por juízes e servidores, com abertura pelo presidente do TJSP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco. Entre 29 de junho e de 12 de junho a 11 de julho, por meio de depósito em conta corrente, disponibilizada pela Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), criada especificamente para

essa finalidade, foram arrecadados R\$ 63.554,23, montante destinado integralmente para compra de itens previamente estipulados pelos lares de idosos beneficiados. Máscaras, luvas, álcool em gel, roupas de cama, toalhas, agasalhos, fraldas geriátricas e itens de higiene pessoal em geral foram adquiridos e distribuídos entre cinco instituições na Capital paulista – duas da Prefeitura de São Paulo e três filantrópicas, beneficiando 414 idosos e idosas. São elas: Centro de Acolhida Especial para Idosos (CAEI) Morada Nova Luz; CAEI Sítio das Alamedas; Associação Pró-Excepcionais Kodomo No Sono; Residencial Geriátrico Rosa; e Casa dos Velinhos de Ondina Lobo



Itens adquiridos para doação	Total	Estimativa/ Gastos (R\$)
Jogos de cama	271 unidades	14.114,40
Toalhas de banho	251 unidades	4.518,00
kits de xampu e condicionador	254 unidades	2.537,46
Escovas de dente	360 unidades	867,60
Creme dental	360 unidades	579,60
Barbeadores descartáveis	264 kits	1.190,64
Loção hidratante	25 unidades	196,50
Meias M e G	1056 pares	4.035,21
Máscaras descartáveis	28 unidades	532,00
Luvas de látex com pó M e G	8 caixas	600,00
Fraldas geriátricas G	50 pacotes	3.080,00
Fraldas geriátricas GG	17 pacotes	1.047,20
Álcool em gel 70%	5 galões	249,50
Álcool líquido 70%	6 galões	173,40
Crems para assadura	44 unidades	303,33
Lenços umedecidos	12 pacotes	216,72
Colchas (branca de piquet)	60 unidades	3.618,00
Conjuntos de moletom	351 unidades	24.969,87
Luvas de lã	151 pares	724,80
Total de despesas		63.554,23
Valor Arrecadado		63.554,23

Campanhas lançadas durante a pandemia recebem prêmio

O Tribunal de Justiça de São Paulo venceu o 19º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça na categoria Relacionamento com a Mídia, com a divulgação da campanha “Não se Cale!”. O TJSP também foi finalista na categoria Projeto Institucional, com o “Carta de Mulheres”, que ficou em segundo lugar. O prêmio é uma realização do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), entidade sem fins lucrativos, composta por profissionais de comunicação que atuam em órgãos do Sistema de Justiça



■ Divulgação da Campanha Não se Cale! Violência contra a criança é covardia, é crime! Denuncie!

Em abril de 2020, o número de ações envolvendo estupro contra menores no Estado de São Paulo caiu 40% em comparação com o ano anterior – 380 processos foram distribuídos em abril de 2019 e 235 no mesmo período de 2020. O número, que em princípio poderia ser comemorado, trouxe preocupação com possíveis subnotificações em razão do período do isolamento social imposto pela pandemia. Para enfrentar a questão, a equipe do Setor de Atendimento de Crimes da Violência contra Infante, Idoso, Pessoa com Deficiência e Vítima de Tráfico Interno de Pessoas (Sanctvs) criou a campanha. Veja o [vídeo](#) do projeto

■ Carta de Mulheres

A pandemia dificultou o acesso a serviços da rede de enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher, aumentando a subnotificação. A situação preocupou o TJSP. Era preciso se comunicar com as mulheres em situação de violência e/ou com as pessoas que querem ajudar e que precisam de informações e orientações antes de tomar uma decisão. O Tribunal, então, lançou em 7/4/20 o projeto “Carta de Mulheres”, no qual a pessoa preenche formulário on-line na página www.tjsp.jus.br/cartademulheres e a equipe especializada da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp) responde com as orientações. Em 1 ano e 7 meses de programa foram respondidas quase 2 mil mensagens. Assista ao [vídeo](#) do projeto e veja os principais temas

TJSP produz 50 milhões de atos processuais em 19 meses

A Justiça paulista manteve a prestação jurisdicional na pandemia, atingindo a marca de 50 milhões de atos processuais produzidos de 16/3/20 a 17/10/21, entre sentenças, acórdãos, despachos e decisões. O trabalho foi realizado via webconnection, que chegou a contabilizar 45.568 usuários distintos e 11.898.476 conexões



veja mais



Concurso Relatos da Quarentena

O 1º Concurso Literário e de Fotografia do TJSP, idealizado pela Escola Judicial dos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (Ejus), em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), incentivou magistrados, magistradas, servidores e servidoras a expressarem seus talentos nas áreas da literatura e fotografia durante o turbulento período da pandemia. Com inscrições abertas para trabalhos nas modalidades poesia, crônica, minicontos e fotografia, o concurso recebeu 198 peças literárias e 292 fotografias. Coube à Comissão Julgadora analisar e selecionar os três trabalhos vencedores de cada categoria. O resultado foi divulgado em 28/10, data em que se comemora o Dia do Servidor Público. Como premiação, a realização do [e-book](#) com as obras compiladas e 30 exemplares impressos para cada vencedor

SGP Antenada em vc

Lançado durante o período inicial da pandemia, o “SGP Antenada em vc” se consolida, como canal de relacionamento com os servidores, pautado pela linguagem leve e descontraída. Em seu segundo ano, foram realizados 37 envios semanais de conteúdos sobre bem-estar e desenvolvimento profissional, com 94 interações positivas dos servidores com a SGP

" Adoro receber estas maravilhosas Pílulas de Bem-Estar! Elas acolhem, confortam, trazendo segurança, paz e uma sensação de que não estamos tão sozinhos nesta pandemia!"

Marília, 18/3, L.A.P.C.

"Boa tarde! Só queria agradecer o excelente trabalho que vocês estão fazendo, tenho certeza de que estão ajudando a mim e a todos os funcionários do TJSP"

Jundiaí, 25/3, M.B.

"A princípio gostaria de enaltecer o trabalho fantástico dessa SGP "Antenada em você - Escrever (& Ler)". Muito contribui para o nosso dia a dia"

Jacareí, 19/8, H.D.S.



veja mais



Ação Saúde

Lançado em 2021, o canal propõe-se a esclarecer e orientar os servidores do TJSP sobre prevenção e cuidados com a saúde física e mental. Foram enviados 30 e-mails e realizadas 21 lives com palestrantes especializados em temas relacionados à área de Saúde



veja mais

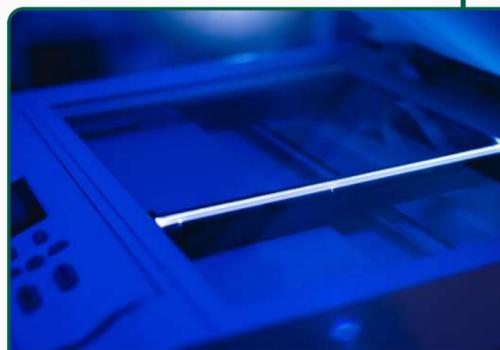
Digitalização de Processos

Com o trabalho remoto, a Secretaria da Primeira Instância (SPI) iniciou a digitalização de processos administrativos físicos em andamento, bem como da Presidência, da Corregedoria e de outras secretarias. Em 2021, com o avanço do Planejamento Estratégico 2021/2026, passou a abranger a digitalização de processos de outras áreas:

Local	Processos	Volumes	Início	Local	Volumes
Saab	321	820	30/7	Sema	5.503
Deplan	639	725	6/8		
SPI	141	178	2/2		
Total	1101	1723			

Efetivação de desarquivamentos físicos para digitalização durante trabalho remoto

De abril/20 a outubro/21 foram digitalizados **3.182** processos, que correspondem a **6.459** volumes ou apensos, totalizando **523.779** imagens



Conversão dos processos físicos em digitais pela Unidade Judicial, Partes e Advogados

Ainda no período da pandemia, foi autorizada a digitalização dos processos físicos, tanto pelas unidades judiciais quanto pelas partes. Inicialmente, quando do isolamento social total, foi autorizada a digitalização somente aos advogados que tivessem em seu poder o processo com todos os seus volumes e, posteriormente, com a abertura parcial, a autorização se estendeu às unidades judiciais e aos advogados, mediante carga do processo, com prévio agendamento on-line. Quantidade de processos físicos (principais e incidentes) convertidos em digitais desde o início do isolamento social até set/21:

Origem da conversão	Unidades Judiciais	Advogados (petição) **	MP (Centrais facilitadoras) ***	Processos Híbridos****	Total
Quantidade	117.278	30.708	29.244	2.878	180.108

* Período do lançamento da movimentação 61.383 – Processo Digitalizado: 16/3/20 a 31/10/21; ** Indica quantos processos tiveram a movimentação 61.920 - Petição Intermediária Digitalização Juntada; *** Indica quantos processos passaram pela fila 620 – MP – Ag. Digitalização; **** Indica quantos processos foram convertidos em digital sem a digitalização da parte física - processo híbrido

Mandados de Levantamento

Para possibilitar a realização de levantamento de valores em processos cujos depósitos não foram realizados via eletrônica e, conseqüentemente, não poderiam ser levantados via Mandado de Levantamento Eletrônico (MLE), em ação conjunta da Presidência, Corregedoria e Banco do Brasil foi regulamentada a possibilidade de emissão de Alvará Judicial (em substituição ao Mandado de Levantamento Judicial – MLJ, em papel) com encaminhamento por canal específico à Instituição Financeira para cumprimento. Em 2021, até outubro a movimentação de MLEs - Mandados de Levantamento Eletrônicos foi de **813.895** e de Alvarás, **145.907**. Decisão da Corregedoria Geral da Justiça (CPA 2020/37109) determinou a continuidade da utilização do Alvará em substituição ao Mandado de Levantamento Judicial durante o período de vigência do Sistema Escalonado de Retorno ao Trabalho Presencial

Audiências Virtuais

Com o objetivo de impedir a interrupção dos atos judiciais, especialmente as audiências, a Corregedoria Geral da Justiça autorizou todos as varas, de todas as competências, a realizarem audiências virtuais, exceto os júris populares. Com o retorno escalonado ao trabalho presencial, além da manutenção das audiências virtuais, também se abriu a possibilidade de realização de audiências híbridas (presencial e remota simultaneamente), nos fóruns. A SPI realizou testes da ferramenta, provas de conceito com unidades judiciais e participou da elaboração do passo a passo para viabilizar o projeto. Desde o início da pandemia até outubro de 2021, foram realizadas **792.875** audiências em 1º Grau. De janeiro a outubro de 2021, foram realizadas **1.217.016** videoconferências pela ferramenta Teams. Em abril/21 foram realizadas **39.525** audiências virtuais contra **679** em abril/20



Conclusão

Que este marco
sempre nos faça
lembrar daqueles
que perderam suas
vidas na pandemia
e dos que se
doaram para salvar
seus irmãos

Tribunal de Justiça de São Paulo
2020/2021



Conclusão

Os desafios frente à pandemia enfrentados globalmente durante a gestão que se encerra deixaram legados de tristeza – nosso eterno tributo pelas perdas de mais de 600 mil vidas no Brasil e de milhares no mundo – e aprendizados. Solidariedade, cuidado e empatia nortearam as decisões e atitudes pessoais e profissionais, contribuindo para o crescimento coletivo. Hoje somos pessoas melhores, profissionais melhores, mais atentos, mais humanos. Todas as conquistas realizadas no biênio são frutos do comprometimento e da dedicação de todos os integrantes do TJSP. Nossa profunda gratidão a cada magistrada, magistrado, servidora e servidor, sem deixar de mencionar colaboradoras e colaboradores, jurisdicionadas e jurisdicionados e operadoras e operadores do Direito que também fazem parte da nossa família forense.

Que esse espírito de justiça e paz social prevaleça no Judiciário e no mundo!



Juízes Assessores da Presidência

Alexandre Andretta dos Santos
Claudia de Lima Menge
Claudia Maria Chamorro Reberte Campaña
Fernando Antonio Tasso
Gabriel Pires de Campos Sormani
Gustavo Santini Teodoro
Iberê de Castro Dias
João Baptista Galhardo Júnior
José Augusto Genofre Martins
Juliana Amato Marzagão
Luis Augusto Freire Teotônio
Rodrigo Nogueira
Roger Benites Pellicani

Secretarias

Adriano Teócrita Pissolatto
Secretaria de Administração e Abastecimento (Saab)
Cláudia Regina Busoli Braccio Franco Martins
Secretaria da Presidência (SPR)
Edivaldo Antonio Sartor
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)
Elisa Mitsiko Matsuse
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)
Fábio Makoto Tagliaferro Yokoyama
Secretaria de Primeira Instância (SPI)
Pedro Cristóvão Pinto
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)
Rosana Barreira
Secretaria da Magistratura (Sema)
Suliane Calefe dos Santos Chiconelli
Secretaria Judiciária (SJ)

Carmen Giadans Corbillon

Diretoria de Planejamento Estratégico (Deplan)

Renato Yoshinobu Kuba

Diretoria de Controle Interno (DAI)

Produção

Secretaria da Presidência
SPR 3 | Diretoria de Comunicação

Fotografia

Antonio Carlos Carreta
Klaus Silva Pinto
Paulo Roberto Justino de Santana Pereira